



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

DAVI LEITE DE RESENDE

Chove, porque o chão está molhado

Uma análise da causalidade nos períodos compostos

**Brasília
2018**

DAVI LEITE DE RESENDE

Chove, porque o chão está molhado

Uma análise da causalidade nos períodos compostos

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como pré-requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Letras, habilitação Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

**Brasília
2018**

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

A meu Senhor Jesus Cristo, sem O qual nada posso fazer. Só Ele sabe quantas vezes clamei por seu divino auxílio nos momentos em que o raciocínio me faltava, e Ele ouviu as minhas preces. Recomecei este trabalho do zero umas seis ou sete vezes confiante de que Ele iluminaria minha mente para concluí-lo, e Ele assim o fez. Minha esperança é de ter feito um bom trabalho para honrá-IO e não envergonhá-IO.

A meus pais, Marcelo e Lilian, a quem dedico este trabalho, por seu amor incondicional a mim despendido e sua inesgotável longanimidade parental com minhas faltas. Sem eles, eu não existiria; e sem suas exigências, este trabalho jamais seria feito. Os amo profundamente e sou grato a Deus pelo privilégio de deles ser filho.

A meu orientador, professor Marcus Vinicius Lunguinho, pelas indispensáveis orientações, pelas correções, pelo incentivo, pela mosaica paciência e pela singular solicitude com este orientando, a tempo e fora de tempo. Além de conhecimento e didática espantosos – características que, por si só, dificilmente são encontradas numa mesma pessoa –, o professor Lunguinho dispõe também de verdadeira dedicação a seus alunos e com eles coopera em tudo que pode. É um verdadeiro professor e um linguista estupendo.

A Yasmin, que tanto estimulou, motivou e cobrou a fazedura deste trabalho com persistente e carinhoso incentivo apoiado por sua corajosa postura diante da vida, nunca dando espaço à apatia, mas sempre encarando as responsabilidades com diligência e sabedoria, tendo os olhos fitos nas coisas do alto.

Ao amigo Lucas Moraes, que não mediu esforços para recuperar este arquivo quando o perdi. Quando senti o desespero de ter perdido toda minha monografia por ingenuamente ter feito apenas dois backups e os dois terem dado defeito, ele prontamente colocou à disposição sua gama de conhecimentos computacionais e recuperou o arquivo que eu havia perdido. Por isso, ele estará sempre em minhas orações.

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar a correspondência existente, em língua portuguesa, entre os silogismos lógicos e os períodos compostos que contenham relação de causalidade, o que contempla as orações consecutivas, causais, conclusivas e explicativas. Para tal, analisa que, com o objetivo de se compreender um período que contenha relação de causalidade, é necessário pressupor a definição dessa relação. Num silogismo, essa definição está explícita na premissa maior; no período composto, entretanto, por economia da língua, essa definição está implícita. Além disso, a forma como se define a relação de causalidade também afeta a construção e a interpretação dos períodos compostos que contenham relação de causalidade. Ademais, o sistema da língua portuguesa seleciona a conjunção adequada para dar significado ao período composto de acordo com a forma como são organizados no período a definição da relação de causalidade e os elementos dessa relação – causa e consequência. Quadros-matrizes são construídos com a intenção didática de facilitar o entendimento dessa correspondência.

Palavras-chave: Causalidade. Causa e consequência. Silogismo. Períodos compostos. Correspondência. Conjunções. Consecutivas. Causais. Conclusivas. Explicativas. Ordem tradicional. Perspectiva semântica. Ordenação linguística. Quadros-matrizes.

ABSTRACT

This work intends to demonstrate the correspondence existing in Portuguese language between logical syllogisms and compound periods that contain a causal relationship, which includes consecutive, causal, conclusive and explanatory sentences. For this, it analyzes that, in order to understand a period that contains a causal relationship, it is necessary to presuppose the definition of this relation. In a syllogism, this definition is explicit in the larger premise; in the composite period, however, by economy of language, this definition is implicit. Moreover, the way the causal relationship is defined also affects the construction and interpretation of composite periods that contain a causal relationship. In addition, the Portuguese language system selects the appropriate conjunction to give meaning to the compound period according to the way in which the definition of the causal relationship and the elements of that relationship - cause and consequence - are organized in the period. Matrix tables are constructed with the didactic intention of facilitating the understanding of this correspondence.

Keywords: Causality. Cause and consequence. Syllogism. Compound periods. Correspondence. Conjunctions. Consecutive. Causal. Conclusive. Explanatory. Traditional order. Semantic perspective. Linguistic ordering. Matrix tables.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Seleção da conjunção.....	49
QUADRO 02 – Vírgulas	59
QUADRO 03 – Matriz A e B.....	62
QUADRO 04 – Matriz causa e consequência	64
QUADRO 05 – Matriz <chuva> e <chão molhado>	66
QUADRO 06 – Matriz <Maria sair> e <luz apagada>.....	68
QUADRO 07 – Matriz <chão molhado> e <chuva>.....	69
QUADRO 08 – Matriz <neve> e <queda de temperatura>.....	71
QUADRO 09 – Matriz <queda de temperatura> e <neve>.....	73
QUADRO 10 – Comparação entre quadro 8 e quadro 9.....	74
QUADRO 11 – Matriz <chuva> e ordem/pedido <fechar a porta>.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO.....	10
AS ORAÇÕES CONSECUTIVAS.....	13
1. ESTRUTURA SILOGÍSTICA E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	18
1.1 A PREMISMA MAIOR.....	20
1.1.1 Causalidade suficiente.....	21
1.1.2 O que são causa e consequência.....	23
1.1.3 Causalidade direta, indireta e níveis de causalidade.....	24
1.1.4 A relação de causalidade possível.....	25
1.1.5 A relação de causalidade equivalente.....	25
1.1.6 A relação de causalidade pressuposta.....	27
1.2 A PREMISMA MENOR E A CONCLUSÃO.....	28
1.2.1 O dado disponível na realidade.....	29
1.2.1.1 Concatenação temporal.....	30
2. A CORRESPONDÊNCIA ENTRE SILOGISMO E PERÍODO COMPOSTO.....	33
2.1 A ORDEM TRADICIONAL.....	34
2.1.1 A conjunção como representante da relação de causalidade no período.....	34
2.1.2 A posição da conjunção no período.....	36
2.2 A PERSPECTIVA SEMÂNTICA.....	38
2.2.1 Orações causais.....	41
2.2.1.1 Orações causais vs. orações explicativas.....	44
2.3 A ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA.....	46
2.4 A SELEÇÃO DA CONJUNÇÃO.....	47
2.5 A LIMITAÇÃO DO SILOGISMO.....	50
2.5.1 Um problema aparente.....	50
2.5.2 Uma breve nota.....	51
2.6 EXEMPLIFICAÇÃO.....	52
2.6.1 Perspectiva semântica direta e ordenação linguística direta.....	54
2.6.2 Perspectiva semântica direta e ordenação linguística inversa.....	55
2.6.3 Perspectiva semântica inversa e ordenação linguística inversa.....	56
2.6.4 Perspectiva semântica inversa e ordenação linguística direta.....	56
3. QUADROS-MATRIZES.....	58
3.1 A FÓRMULA DO PERÍODO.....	58
3.1.1 O uso da pausa.....	58
CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

INTRODUÇÃO

Antes de qualquer coisa, peço perdão caso o leitor se incomode com a notável quantidade de repetições vocabulares que utilizo. A repetição que talvez seja tomada como desnecessária é, a meu ver, importante neste trabalho para evitar problemas de referencialidade e possíveis confusões interpretativas advindas deles. Também gostaria de notar desde já que desenvolvi as teses aqui contidas em língua portuguesa e para a língua portuguesa, de modo que não tenho a mínima condição de dizer se elas servem ou não para outras línguas. Dito isso, sigamos em frente.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira, em sua segunda parte, no tópico acerca de conjunções, traz a seguinte nota:

“As conjunções *que*, *porque* e equivalentes, ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se *explicativas*; no segundo, *causais*.”

Ao que parece, os autores da NGB entendem que existem conjunções que classificam tanto causalidades quanto explicações, a depender do ambiente em que se encontram: de subordinação ou de coordenação, respectivamente. Ou seja, o uso de uma mesma conjunção pode descrever uma relação entre orações ora causal, ora explicativa. Tais autores, contudo, não nos dizem o que causa (ou explica) esse fato. Ficamos sem saber o que, para eles, diferencia uma causa de uma explicação; tampouco sabemos o que pensam a respeito da diferença entre subordinação e coordenação. Com as informações que temos, o máximo que podemos fazer é interpretar uma argumentação circular (¹): uma conjunção é coordenativa porque é explicativa, e vice-versa; uma conjunção é causal porque é subordinativa, e vice-versa.

Este trabalho, inicialmente, propunha-se a analisar apenas essa diferença entre orações causais e orações explicativas; acabou, contudo, abarcando também as orações consecutivas e as orações conclusivas num grupo maior: o das relações de causalidade. Com isso, não estou querendo dizer que só existe relação de causalidade nesses quatro tipos de oração, mas que com certeza existe neles. Minha proposta é analisar, por meio de uma definição básica – porém, proveitosa – de causalidade, as relações de causa e consequência presentes em

¹ RODRIGUES, Patrícia. **Orações causais e estrutura informacional da sentença**. Gragoatá, Niterói, v.23, n. 46, p. 545, mai.-ago. 2018

períodos sindéticos ⁽²⁾ – que apresentam conjunção – compostos por duas orações desenvolvidas ⁽³⁾. Também a análise de períodos compostos por três ou mais orações não é proposta neste trabalho.

Othon Moacyr GARCIA (1992, p.62) escreve: “Como se vê, as orações causais, finais, consecutivas e conclusivas podem constituir torneios sintáticos da mesma relação de idéias, mais ou menos equivalentes quanto ao sentido: a escolha de um ou de outro depende da ênfase que se queira dar a qualquer delas”. Este trabalho, de forma semelhante ao que fez GARCIA, procura construir um grupo definido: o grupo das orações que contêm relação de causalidade.

O grupo aqui criado é bem parecido com o de GARCIA; contudo, neste trabalho, entende-se que orações finais – que buscam destacar finalidade, objetivo e até intenção e propósito – não fazem parte de um grupo que categoriza orações por meio da relação de causalidade porque essa relação é **necessariamente** estabelecida por meio de dois elementos: causa e consequência. No lugar das orações finais, entram as orações explicativas, formando assim o grupo das orações que possuem relação de causalidade, composto por consecutivas, causais, conclusivas e explicativas. Mais adiante, discutiremos como esses quatro tipos de oração formam pares.

COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Quando o assunto é período composto, temos apenas duas possibilidades: o período ser composto por coordenação, ou o período ser composto por subordinação. Desconheço proposta diferente. Mas definir esses dois meios pelos quais o período é composto não é tarefa tão fácil quanto parece.

Napoleão Mendes de ALMEIDA (1992, p.346) define coordenação da seguinte maneira:

² Os períodos assindéticos me parecem excessivamente estilísticos, por isso eu não quis incluí-los neste trabalho. Said ALI nota: “Faz-se a construção assindética por concisão ou elegância de estilo, quando se conta com a inteligência do ouvinte para perceber o sentido sem a partícula. Como porém é limitada a capacidade desta inteligência, predomina o emprego da construção sindética, e certas conjunções não se podem subentender em caso algum”.

³ Por que apenas as desenvolvidas? Pelo simples fato de que, em momento algum, atentei para as orações reduzidas a formas nominais. Escrevi propositalmente “reduzidas a forma nominais” em vez do usual “reduzidas de formas nominais” para explicitar a minha suposição de que duas orações que possuam relação de causalidade entre si, estando uma delas na forma nominal, passaram pelos processos linguísticos mentais desenvolvidos neste trabalho e só então a referida oração recebeu a uma forma nominal.

Uma oração é *absoluta* quando tem *sentido completo* e vem isolada. Assim: “Pedro partiu” é oração *absoluta* porque tem sentido completo e vem isolada. [...] Agora, se dissermos: “Pedro partiu e João ficou” – teremos um **período composto por coordenação**, ou seja, formado por duas orações de sentido completo, as quais se chamam orações *independentes*.

O mesmo autor define subordinação da seguinte maneira (1992, p.347):

Suponhamos, agora, que alguém a nós se chegue e nos diga, de chofre: “Que você vá”. Nada entendemos com essa declaração; a oração não tem sentido completo, não obstante ser uma oração, pois nela existem os termos essenciais da oração: *sujeito* e *predicado*. A oração “que você vá” está necessitando de outra oração, para que tenha sentido completo. Se a pessoa nos tivesse dito: “Não quero que você vá” – tê-la-íamos compreendido. [...] Pois bem; a oração “que você vá”, por necessitar de outra oração para que tenha sentido completo, chama-se *oração subordinada*, porquanto se subordina a outra, depende de outra, para que tenha sentido completo. A oração da qual a subordinada depende chama-se *oração principal*. [...] O período que se constitui de uma oração principal e de uma ou mais subordinadas chama-se *período composto por subordinação* [...].

Essa análise de Napoleão, completamente semântica, possui uma grave inconsistência: a de considerar a conjunção como parte da oração subordinada e não considerá-la como parte da oração coordenada. Existe algum motivo para analisarmos a relação entre orações dessa maneira? Napoleão apresenta nenhum. Utilizando o critério de dependência ou independência de sentido – critério esse eleito pelo próprio autor – podemos concluir tanto que subordinadas são coordenadas quanto que coordenadas são subordinadas.

Suponhamos que alguém a nós se chegue e diga, de chofre: “E João ficou”. Nada entenderemos. Isso significa que essa oração é subordinada? De semelhante modo, se considerarmos a segunda oração do período “Não comemos porque chegamos atrasados”, desconsiderando que a conjunção *porque* pertença a essa oração, teremos “chegamos atrasados”, uma oração independente, ou seja, de sentido completo. Essa oração, então, é coordenada? Napoleão precisa ignorar a conjunção *e* que liga as duas orações em seu exemplo de período composto por coordenação “Pedro partiu e João ficou” a fim de demonstrar a funcionalidade de seu critério porque, caso contrário, esse critério não funcionaria. De semelhante modo, tal critério ignora uma enorme quantidade de orações subordinadas adverbais

que, se forem destituídas das conjunções que ligam-nas às principais, possuem sentido completo tal qual as coordenadas, como exemplificado acima.

Mas é possível simplesmente ignorar a presença da conjunção utilizando o critério da completude (ou incompletude) de sentido? Se sim, abrimos precedentes para ignorar qualquer outra coisa na oração alegando a defesa do *sentido completo*. Além disso, a última coisa que se deveria ignorar na análise da relação entre orações é justamente *o elemento que as relaciona*, a saber, a conjunção ⁽⁴⁾. Portanto, devemos levar a conjunção em conta em nossa análise tanto de uma composição coordenativa do período quanto de uma composição subordinativa do período.

Embora este trabalho demonstre a importância da análise semântica da relação entre as orações de um período e, inclusive, baseie-se numa análise semântica como ponto central de seu desenvolvimento, ele o faz de forma coerente, considerando a conjunção em todos os casos analisados. Desse modo, é natural que este trabalho adote o seguinte entendimento, baseando-se no que aponta Flávia CARONE (1988, p.61): nenhuma oração possui independência de sentido se considerarmos que a conjunção faz parte dela; nessa perspectiva, todas as orações que possuem conjunção são semanticamente subordinadas, ou seja, semanticamente dependentes de outra.

Se esse fato é ou não suficiente para classificar toda oração possuidora de conjunção como subordinada, não nos cabe discutir aqui ⁽⁵⁾. Ainda que a classificação das orações consecutivas vá ser discutidas a seguir, o que este trabalho propõe-se a fazer não é definir, no escopo da subordinação ou da coordenação, a classificação das orações que possuem entre si relação de causalidade, mas sim mostrar 1) como essa relação funciona e 2) que, por causa

⁴ A definição de conjunção utilizada em todo este trabalho é simples: *conjunção* é o termo que relaciona duas orações em um período composto.

⁵ Flávia CARONE (1988) faz um trabalho específico para isso, apurando diversos critérios relevantes nessa discussão. Note-se que Epiphânio DIAS (1918, p.260-267), por exemplo, cita apenas 3 tipos de orações coordenadas: *copulativa* [aditiva], *disjuntiva* [alternativa] e adversativa, ou seja, ele não traz *conclusiva* e *explicativa* como classificações possíveis de orações coordenadas. BECHARA (2009, p.322) concorda com isso, inclusive citando Epiphânio e outros. Já José Joaquim NUNES (1969, p.352-353) afirma: “Das conjunções latinas poucas passaram para português nas duas classes em que é costume dividi-las [coordenativas e subordinativas]: assim nas coordenativas persistem ou persistiram: as *copulativas* et, e, nec, nem; as *disjuntivas* aut, ou, vel, vel (arc.) ⁽¹⁾; a *conclusiva* ergo, ergo ⁽²⁾ (arc.);”. Napoleão Mendes de ALMEIDA (1992, p.355) indaga: “Parece que o que houve foi terem dado à palavra “explicativa” o sentido lato de “declarativa”, ou terem confundido conjunção com oração, ou gramática com filosofia”. Othon Moacyr GARCIA (1992, p.19) observa que “As explicativas e conclusivas, mais até que as adversativas, estabelecem tão estreitas relações de mútua dependência entre as orações por elas interligadas, que a estrutura sintática do período assume características de verdadeira subordinação”.

desse funcionamento, a diferenciação que a NGB faz entre causais e explicativas não é completamente desmotivada.

AS ORAÇÕES CONSECUTIVAS

Dentre os quatro tipos de oração que há pouco foram citados – consecutivas, causais, conclusivas e explicativas –, existe um problema evidente entre causais e explicativas, por essas orações compartilharem o mesmo paradigma conjuncional. Esse problema será tratado mais detalhadamente na seção 2.2.1. É preciso focar agora no tratamento dado às orações consecutivas na maioria das gramáticas consultadas para o desenvolvimento deste trabalho – que é também o tratamento dado à mesma questão em sites na internet, fóruns de dúvidas de Português e, suponho, na maioria das gramáticas de língua portuguesa.

Este trabalho busca construir um paradigma das relações de causalidade em períodos compostos por duas orações constituído pelos quatro tipos de orações mencionados acima, de modo que esses quatro tipos formem pares entre si, seja pela *perspectiva semântica*, seja pela *ordenação linguística*, conceitos que serão desenvolvidos a partir do capítulo 2. De todo modo, as combinações entre esses conceitos terão impacto direto na conjunção que aparecerá no período que contém relação de causalidade. Assim sendo, a expectativa presente neste trabalho a respeito de paradigmas conjuncionais e tipos de oração que contém relação de causalidade é a seguinte: do mesmo modo que as orações causais e explicativas utilizam o mesmo paradigma conjuncional (que podemos chamar de causal/explicativo), as orações consecutivas e conclusivas também utilizarão o mesmo paradigma conjuncional (que podemos chamar de consecutivo/conclusivo). Contudo, não é bem isso que se vê nas gramáticas utilizadas neste trabalho.

Quase todas as gramáticas que consultei (Said ALI, Celso CUNHA, Evanildo BECHARA, Carlos NOUGUÉ e a gramática escolar de Mauro FERREIRA) trazem a definição semântica da oração consecutiva como “a oração que indica consequência”, enquanto definem a oração conclusiva como “a oração que indica conclusão ou consequência”. Há duas exceções: uma é Napoleão, que define a oração conclusiva – ou ilativa – como “a oração que indica conclusão ou ilação”; a oração consecutiva, ele a define como os demais. A outra é Mira MATEUS (2003), que também define as orações consecutivas como os demais autores, mas define os conectores conclusivos da seguinte maneira (p.569): “explicitam uma relação de causa-efeito entre dois termos, sendo atribuído

ao constituinte afectado pelo conector, o valor de efeito ou consequência da situação reportada pelo outro termo”.

Essas definições só aumentam o paralelismo da dupla causal-explicativa com a dupla consecutiva-conclusiva, já que a explicação semântica daquela dupla é feita nos mesmos moldes dessa, como observa José Rebouças MACAMBIRA (1987) na segunda nota de rodapé da página 70: “Toda explicativa é causal, porque denota a causa; e toda causal tem de ser explicativa, pois está explicando qual é a causa”. Supondo que existe o equivalente consecutivo/conclusivo dessa afirmação de MACAMBIRA, ele é: “Toda conclusiva é consecutiva, porque denota consequência; e toda consecutiva tem de ser conclusiva, pois está concluindo qual é a consequência”.

Portanto, da mesma forma que orações causais e explicativas compartilham o mesmo paradigma conjuncional causal/explicativo – composto por *porque, pois, porquanto, já que, uma vez que* e outras conjunções –, espera-se que as orações consecutivas e conclusivas compartilhem também o mesmo paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo – composto por *logo, portanto, então, por isso, por conseguinte* e outras conjunções. Entretanto, o esperado não é o encontrado. As gramáticas de todos os autores citados acima trazem como conjunções consecutivas as locuções conjuncionais *tal... que, tão... que, tanto... que, de modo que, de maneira que, de forma que, de sorte que*, apenas a conjunção *que* (ou seja, a supressão da partícula anterior) e algumas outras. Um destaque especial será dado a trechos da gramática de Mira MATEUS (2003) porque os julgo muito relevantes para a construção de meu ponto de vista.

Nas páginas 754 e 755, lemos o seguinte:

Designam-se **consecutivas** as orações que exprimem uma consequência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objecto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz.

A tradição gramatical considera como consecutivas apenas as orações iniciadas por *que* na dependência de *tal, tão, tanto, tamanho* e ainda as orações iniciadas pelas locuções conjuncionais *de forma que, de maneira que, de modo que, de sorte que*.

Embora tais orações sejam de facto as consecutivas típicas, é importante relacioná-las com outras que se aproximam quanto ao significado, em particular, as consecutivas infinitivas, contendo expressões como *suficiente, bastante, ... para* ⁽⁴¹⁾; e certas orações coordenadas conclusivas, iniciadas por conectores como *logo, por isso, portanto...* ⁽⁴²⁾

É evidente que, sem uma análise histórica de gramáticas de língua portuguesa, é difícil afirmar com precisão como e quando essa análise das orações consecutivas que as vincula com conjunções e locuções conjuncionais diferentes das conjunções utilizadas em orações conclusivas tornou-se a tradicional. Todavia, também é evidente que um determinado tipo de oração recebeu a classificação de *consecutiva* – ainda mais dentro de um paradigma em que existe um tipo de oração chamado de *causal* – porque, numa relação de causalidade descrita por meio de um período composto, essa oração dá ênfase à *consequência*, do mesmo jeito que, numa relação de causalidade descrita por meio de um período composto, uma oração *causal* dá ênfase à *causa*. Porém, o que acontece é o que está escrito na nota de rodapé número 42 da página 755:

Fonseca (1994) [6] mostra, de forma convincente, que, apesar de os enunciados em que surgem as orações consecutivas terem uma “dimensão saliente de causalidade” e poderem ser aproximadas das conclusivas e das causais, eles não têm esse valor como central. E apresenta outros valores semântico-pragmáticos que caracterizam as orações consecutivas típicas (*x é tão alto que...*), entre os quais se destacam os seguintes: os enunciados são usados para a “a asserção do encarecimento do estado de coisas configurado” na primeira proposição através da expressão de quantificadores / intensificadores; há uma orientação enfatizante, o que as aproxima das comparativas emblemáticas ou polares como *alto como uma torre*; a primeira proposição tem um caráter catafórico; os enunciados contendo consecutivas têm um claro valor argumentativo.

Ratifico dois pontos levantados por FONSECA: o primeiro é que, de fato, ainda existe uma dimensão de causalidade nas orações tradicionalmente classificadas como consecutivas. Tomemos alguns exemplos (aqui renumerados) da página 755 de Mira MATEUS juntamente com seus “equivalentes puros”, isto é, períodos que trazem um valor consecutivo sem parecer destacar outro tipo de relação entre as orações que o compõem além da relação de causalidade:

(1) O barulho foi *tal que* as pessoas se assustaram.

(1’) O barulho foi alto, *então* as pessoas se assustaram.

⁶ FONSECA, Joaquim. Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição de português – Porto Editora, 1994.

(2) António tem *tantos* livros *que* vai fazer um seguro.

(2') António tem muitos livros, *então* vai fazer um seguro.

A dimensão de causalidade existe nos quatro períodos acima, mas possui centralidade em (1') e (2'), pois a conjunção *então* faz com que a consequência seja destacada na segunda oração desses períodos. Enquanto isso, os períodos (1) e (2) parecem carregar – e, de fato, carregam – algo além da relação de causalidade – mais especificamente, da consequência. Esse “conteúdo extra” fica ainda mais evidente com as locuções conjuncionais *de forma que*, *de maneira que* e *de modo que*, e esse é o segundo ponto levantado por FONSECA. Já que essas locuções conjuncionais, evidentemente, carregam um conteúdo semântico substantivo nas palavras *forma*, *maneira* e *modo*, a dimensão da consequência no conteúdo informacional do período perde sua centralidade e a dimensão, por exemplo, *modal* que a locução conjuncional carrega passa a assumir essa centralidade.

O que dizer, então, do panorama geral a respeito das conjunções e locuções conjuncionais que são tradicionalmente designadas como consecutivas? Entendo que ele está equivocado. Argumento, baseado em evidências elencadas tanto há pouco quanto a seguir, que deveriam ser classificadas como consecutivas as mesmas conjunções e locuções conjuncionais que são classificadas como conclusivas. Aparentemente, gramáticos de língua portuguesa, em algum momento, consideraram vantajosa a separação entre os paradigmas conjuncionais consecutivo e conclusivo, com a finalidade de – eu suponho – eliminar a ambiguidade entre orações consecutivas e orações conclusivas semelhante à que existe entre orações causais e orações explicativas. Considero isso um erro. Assim como orações causais e explicativas compartilham entre si o mesmo paradigma conjuncional (que chamo de causal/explicativo), as consecutivas e conclusivas também deveriam compartilhar entre si o mesmo paradigma conjuncional (que chamo de consecutivo/conclusivo).

Essa divisão entre o paradigma conjuncional consecutivo e o paradigma conjuncional conclusivo é a causa da existência de confusões e ambiguidades entre orações consecutivas e, por exemplo, orações adjetivas relativas (*Ela sentia tal medo que a deixava paralisada*) e orações adverbiais finais (*Chegou cedo ao serviço de maneira que pudesse ser elogiado pelo patrão*), como observa BECHARA (2009, p.473-476; 499-501). Proponho que considerar o paradigma conjuncional associado às orações conclusivas como válido também para as consecutivas seja muito vantajoso para a finalidade de avançarmos na matéria da sistematização das estruturas de causalidade nos períodos compostos.

Portanto, assim utilizarei neste trabalho: como o estudo das diferenças entre conjunções de um mesmo paradigma conjuncional não é uma proposta aqui, elejo a conjunção *então* para representar o paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo e a conjunção *porque* para representar o paradigma conjuncional causal/explicativo. Isso nos possibilitará entender, pelos vieses da *perspectiva semântica* e da *ordenação linguística*, os períodos que possuem relação de causalidade em língua portuguesa, além de corroborar a tese deste trabalho: a correspondência entre silogismo e período composto que contém relação de causalidade, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA SILOGÍSTICA E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

O que é um argumento? Fábio Salgado de CARVALHO (2015, p.15) define: “Um argumento, de maneira simplificada, é uma inferência. Inferências sempre envolvem um conjunto Λ de premissas, um conjunto Δ de conclusões, assim como uma relação entre estes dois conjuntos”. Portanto, identificamos num argumento, de acordo com a definição de CARVALHO, três elementos essenciais: premissas, conclusões (geralmente uma só, de acordo com o mesmo trabalho) e uma relação entre premissas e conclusões.

Os silogismos, aparentemente, são o exemplo mais simples dessa definição. Tradicionalmente, eles são compostos por três enunciados: uma premissa semanticamente mais abrangente – chamada premissa maior –, uma premissa semanticamente mais específica – chamada premissa menor – e uma conclusão. Além disso, como dito acima, existe uma relação entre as premissas e a conclusão. Essa relação é uma relação de causalidade. De acordo com Lucas ANGIONI (2014, p.70): “a característica marcante dos silogismos, que levou Aristóteles a escolhê-los como instrumento de demonstração, é a aptidão para exprimir relações causais – ainda que essa aptidão seja limitada.” O silogismo aristotélico, o mais famoso silogismo da História, é popularmente conhecido no seguinte modelo:

- (3) a. Todos os homens são mortais. (premissa maior)
 b. Sócrates é homem. (premissa menor)
 c. Portanto, Sócrates é mortal. (conclusão) ⁽⁷⁾

Este trabalho defende que os períodos compostos em língua portuguesa nos quais uma das orações é classificada como consecutiva, causal, conclusiva ou explicativa correspondem a uma estrutura argumental silogística – ou seja, que possui a mesma forma de (3). Contudo, uma propriedade latente das línguas naturais se interpõe, na mente do usuário de Português, entre um silogismo e seu período correspondente e, por economia, a fim de não precisar repetir os três enunciados do silogismo, esse usuário consegue sintetizar o conteúdo

⁷ Essa *conclusão* não se refere ao tipo de oração tradicionalmente classificada como conclusiva, mas ao terceiro enunciado que compõe um silogismo, embora, de acordo com o entendimento final deste trabalho, a recíproca seja verdadeira.

informativa do silogismo – inclusive a relação de causalidade – em um período composto por apenas duas orações conectadas por uma conjunção que indique relação de causalidade.

Em outras palavras: comparando o período composto a seu silogismo correspondente, percebe-se que o período apaga a premissa maior do silogismo e exterioriza apenas a premissa menor, a conclusão e uma conjunção contingente que represente corretamente a relação de causalidade definida pela premissa maior – ou seja, embora a premissa maior seja apagada, seu conteúdo informativo não é, e o termo do período que mais concentra esse conteúdo da premissa maior (isto é, a definição da relação de causalidade) é a conjunção. A relação de causalidade é, em todo tempo, tomada como verdadeira. Exemplifiquemos.

- | | | |
|-----|--|------------------|
| (4) | a. Se Sócrates é homem, então Sócrates é mortal. | (premissa maior) |
| | b. Sócrates é homem. | (premissa menor) |
| | c. Portanto, Sócrates é mortal. | (conclusão) |

Digamos que exista, na mente do usuário de língua portuguesa, esse argumento de SILVESTRE (2011, p.24), o silogismo (4), que relaciona a humanidade de Sócrates à mortalidade de Sócrates. Esse usuário de português acredita que, na eventualidade de Sócrates ser um homem, Sócrates, além de ser homem, será mortal. Ele acredita também que Sócrates, de fato, é homem. Assim, como ele acredita que Sócrates será mortal se for homem ao mesmo tempo em que acredita que Sócrates de fato é homem, ele tem de acreditar também que Sócrates é mortal. As três declarações – (4a), (4b) e (4c) – compõem um argumento que busca defender a veracidade da mortalidade de Sócrates baseando-se em 1) a relação de causalidade entre a humanidade de Sócrates e a mortalidade de Sócrates e 2) o fato de Sócrates, declaradamente, ser humano. Como esse argumento possui uma estrutura específica – a saber: premissa maior, premissa menor e conclusão –, ele é chamado de silogismo.

Entretanto, creio ser muito mais fácil encontrar um usuário de língua portuguesa relacionando a humanidade de Sócrates à mortalidade de Sócrates por meio da construção de um período composto por duas orações em vez de por meio da recitação de cada um dos três elementos do silogismo (4). O período construído será: “Sócrates é homem; portanto, Sócrates é mortal”. Ele é composto, basicamente, pela combinação de (4b) com (4c).

Perceba que esse período, chamado a seguir de (5), é diferente do período (5’):

- (5) Sócrates é homem; portanto, Sócrates é mortal.

(5') Sócrates é homem; Sócrates é mortal.

A ausência da conjunção *portanto* faz muita diferença. Perceba também que, quando tomamos o período (5) – formado por (4b) e (4c) – por verdadeiro, nós acreditamos também que (4a) é verdade. Embora a relação de causalidade contida em (4a) não esteja explícita em (5), ela está implícita em (5). Assim, quando a conjunção *portanto* relaciona as duas orações contidas em (5), ela está fazendo referência à toda a estrutura silogística que cerca a relação de causalidade entre a humanidade de Sócrates e a mortalidade de Sócrates, e principalmente à premissa maior (4a).

O que quero dizer com isso é: em língua portuguesa, todo período sindético formado por duas orações das quais uma seja – utilizando a terminologia da tradição gramatical – consecutiva, causal, conclusiva ou explicativa e por uma conjunção contingente corresponde a um argumento silogístico. Externa-se, no período composto, a premissa menor por meio de uma oração, a conclusão por meio de outra oração, e a relação de causalidade – definida pela premissa maior (agora implícita) – por meio de uma conjunção que adequadamente a represente. Resumindo: um período composto por duas orações ligadas por conjunção que represente uma relação de causalidade corresponde a um silogismo – uma estrutura de argumentação que possui três enunciados e é especializada em relações causais.

Uma breve observação virá a calhar para evitar confusões: a premissa maior na forma que é mais utilizada neste trabalho – a forma do exemplo (4a) – já constitui, por si só, um período. Contudo, não é a esse período que o resumo logo acima se refere. O resumo acima refere-se ao período que utilizamos corriqueiramente em língua portuguesa para evidenciar uma relação de causalidade entre duas coisas, e esse período corriqueiro é correspondente a um silogismo tanto quanto os três elementos desse período destacados anteriormente – as duas orações e a conjunção – são análogos aos três enunciados que compõem o silogismo: uma oração é análoga à premissa menor, a outra oração é análoga à conclusão e a relação de causalidade definida na premissa maior é análoga à conjunção, que, de diferentes maneiras (como veremos), liga causa a consequência. Isso ficará bem claro posteriormente, mas é bom que confusões sejam evitadas desde agora.

Dito isso, olhemos com mais atenção para cada um dos três elementos que integram a argumentação silogística, começando pela premissa maior e caminhando na sequência para a premissa menor e para conclusão, encerrando o capítulo 1 com o conteúdo que integra o

silogismo. No capítulo 2, destacaremos a correspondência entre o silogismo e o período composto que contém relação de causalidade.

1.1 A PREMISSE MAIOR

A premissa maior que figura neste trabalho conterà um enunciado definidor da uma relação de causalidade. O já utilizado argumento de SILVESTRE possui uma característica interessante:

- | | | |
|-----|--|------------------|
| (4) | a. Se Sócrates é homem, então Sócrates é mortal. | (premissa maior) |
| | b. Sócrates é homem. | (premissa menor) |
| | c. Portanto, Sócrates é mortal. | (conclusão) |

A premissa maior (4a) que ele utiliza é um período composto do qual a primeira oração traz uma ideia de condição (presente na palavra *se*) e a segunda oração traz uma ideia de consequência (presente na palavra *então*). A palavra “se” desse período indica a capacidade de descrevermos, por meio da linguagem, a possibilidade que um evento tem de tornar-se realidade, sem que, no entanto, ele tenha necessariamente se tornado realidade. Ela representa uma condição que, se satisfeita, gerará um resultado que dela se deriva, ou seja, uma consequência.

A palavra *então*, por sua vez, indica qual será a consequência da realização da possibilidade apontada pela palavra *se*, ou seja, a palavra *então* introduz o que sucederá caso se concretize a condição criada pela palavra *se*. Em vista disso, percebemos que o período composto (4a) possui uma estrutura que pode ser expressada pela fórmula “Se A, então B”. Comparando essa fórmula a (4a), A equivale a “Sócrates é homem” e B equivale a “Sócrates é mortal”. Logo, “Se A, então B” é o mesmo, nesse caso, que “Se Sócrates é homem, então Sócrates é mortal”.

O que é, então, uma relação de causalidade? É uma relação entre um A e um B de modo que A seja a causa de B e, por conseguinte, B seja a consequência de A. A definição dessa relação de causa e consequência entre A e B – que é uma relação de causalidade – pode ser expressada, como acabamos de dizer, pela fórmula “Se A, então B”, que expressa A como uma condição *suficiente* para a existência de B. Discutamos, brevemente, a *causalidade suficiente*.

1.1.1 Causalidade suficiente

Trabalhos como o *Causality*, de Judea Pearl (2000), são um exemplo de como as relações de causalidade podem ter – e, muitas vezes, têm – uma complexidade surpreendente. Para nós, proveitosa será uma relação de causalidade simples, e sua equivalente, igualmente simples. A relação de causalidade definida como *causalidade suficiente* – representada pela fórmula “Se A, então B” – é a que utilizaremos.

Por que a relação de *causalidade suficiente* foi a escolhida, e não outra? Porque ela é a que mais utilizamos. Tomemos como exemplo o período “Se chove, então o chão fica molhado” (⁸), e notemos que ele possui a estrutura “Se A, então B”. Que informação esse período nos traz? Dele conseguimos depreender que, *sempre* que chove, o chão fica molhado? É evidente que não. Sem dúvida, a relação de causalidade entre a chuva e o chão molhado é óbvia porque é óbvio também o potencial da chuva em deixar o chão molhado, tanto que é extremamente comum que, quando chove, deparemos com um chão molhado. Contudo, ninguém que saia de casa fechando as janelas e para ela volte, ao final de um dia chuvoso, espera encontrar seu chão molhado, porque sabe que existe algo impedindo que o evento A (a chuva) cause o evento B (o chão molhado).

Assim, o período “Se chove, então o chão fica molhado” carrega informação acerca de uma relação *suficiente* (verificada em *algumas* ocasiões, mesmo que muitas), e não carrega informação a respeito de uma relação *necessária* (verificada em *todas* ocasiões) (⁹). Escolhi trabalhar aqui com a relação de causalidade suficiente por me parecer ser esta, como eu disse acima, a mais utilizada na língua portuguesa. Desse modo, o que conseguimos depreender do período “Se chove, então o chão fica molhado” é que existe uma relação de causalidade entre <chuva> e <chão molhado>, algo como “É comum e natural que, quando chove, o chão fique molhado”.

Entretanto, por mais que essa diferenciação entre causalidade suficiente e causalidade necessária seja digna de discussão, ela não será de suma importância pois a proposta analítica

⁸ Essa relação de causalidade, que será largamente utilizada neste trabalho, foi retirada de um exemplo falado por meu orientador. Algumas outras, que utilizarei no capítulo 3, foram tiradas de exemplos presentes no artigo de RODRIGUES.

⁹ A fórmula que representa uma relação de *causalidade necessária* é “Se não A, então não B”, ou seja, se não ocorre A, então não ocorre B. Assim, notamos que a diferença entre suficiência e necessidade é, no contexto da exemplificação em questão, quantitativa.

deste trabalho, embora utilize apenas a causalidade suficiente, pode abarcar, sem maiores problemas, a causalidade necessária, desde que se faça a correta utilização e interpretação dos operadores lógicos de negação que diferenciam uma da outra. Portanto, sempre que neste trabalho houver menção a relação de causalidade, causalidade ou causa, entenda-se relação de causalidade *suficiente*, causalidade *suficiente* ou causa *suficiente*, respectivamente.

1.1.2 O que são causa e consequência?

De maneira simplificada, uma causa é um evento (ou estado, ou proposição etc.) que dá origem a outro, e por isso é lógica e temporalmente anterior a seu evento (ou estado, ou proposição etc.) consequente. Consideremos as seguintes orações e chamemo-las de A, B e C de acordo com a ordem em que aparecem.

(6) As passagens eram muito caras (A), então desistiram da viagem (B), porque estavam sem dinheiro (C).

Por causa da forma com que essas orações estão organizadas, o período (6) nos mostra que o alto preço das passagens, a desistência da viagem e a falta de dinheiro estão relacionados de alguma forma. Vamos reorganizá-las com pequenas modificações e fazer uma análise:

(7) As passagens eram muito caras (A), então desistiram da viagem (B)

(8) Desistiram da viagem (B') porque estavam sem dinheiro (C)

(9) As passagens eram muito caras para eles (A') porque estavam sem dinheiro (C)

Em (7), o fato de as passagens serem muito caras é colocado como *motivo (causa)* para eles desistirem da viagem, ou seja, A *causou* B. Em (8), o fato de eles estarem sem dinheiro foi *razão (causa)* para eles desistirem da viagem, ou seja, C *causou* B'. Em (9), o fato de eles estarem sem dinheiro foi *causa* para que as passagens fossem muito caras para eles, ou seja, C *causou* A'.

Vemos, nos exemplos acima, que podemos ter, para a mesma consequência (não viajar), diferentes causas (alto preço das passagens e falta de dinheiro) que não sejam, necessariamente, mutuamente excludentes; elas podem, inclusive, se relacionar umas com as

outras, como vemos em (9). Tudo depende do que pressupomos como a relação de causalidade implícita no período e os elementos do período que nos indicam essa relação de causalidade.

Causa e consequência são, portanto, de forma bem simplificada – que é a forma que aqui nos interessa –, os dois elementos A e B de uma relação na qual *A causa B* e *B é causado por A*, isto é, *A é causa de B* e *B é consequência de A*.

1.1.3 Causalidade direta, indireta e níveis de causalidade

A teoria do caos ganhou fama na segunda metade do século passado com Edward Lorenz. Uma das ideias analisadas por Lorenz foi *o efeito borboleta*, que afirma que “o bater de asas de uma simples borboleta pode provocar um tufão do outro lado do mundo”. Uma das coisas que estão por trás dessa afirmação é a existência de diferentes “níveis” de causalidade advindos de eventos que causam outros eventos em sequência. É o também chamado efeito dominó: se várias peças de dominó estão alinhadas em pé, próximas umas das outras, e uma delas é derrubada, essa peça derrubada também causará, muito provavelmente, a derrubada de todas as demais.

Consideremos o período seguinte: “Pedro está com dor porque levou um tapa na cara”. Na verdade, Pedro está com dor porque seus nervos cutâneos faciais – ativados por um tapa – estão enviando impulsos bioelétricos para determinadas sinapses cerebrais que, por sua vez, geram em Pedro a sensação de dor. Prova disso é que, se Pedro tivesse recebido o mesmo tapa com o rosto anestesiado, ele não sentiria dor alguma. Então, na verdade, o tapa causou um acionamento que causou um estímulo que causou a sensação de dor. Mas, ainda assim, “Pedro está com dor porque levou um tapa na cara” é um período perfeitamente aceitável em língua portuguesa. Se ele não é imediatamente verdadeiro, por que o aceitamos como tal?

O que acontece é que, quando há vários níveis de causalidade numa situação do mundo que serão descritos por meio de uma língua, o usuário da língua portuguesa elimina – na linguagem – a distância entre os diferentes níveis de causalidade e resume a relação como se ela fosse direta, de modo que faça sentido para ele e/ou para seu interlocutor essa relação de causalidade que, embora não seja direta, foi construída na linguagem como o sendo. É o que acontece no exemplo acima: no contexto em que esse período foi criado, só é relevante falar a respeito da dor que Pedro sente, do tapa na cara que Pedro levou e da relação de causalidade entre esses dois eventos. Num contexto médico, talvez essa relação simplificada

de causalidade não possuísse tanta relevância, mas uma relação mais biologicamente descritiva fosse mais adequada.

1.1.4 A relação de causalidade possível

Quando deparamos com o período “Chove, porque o chão está molhado”, nenhum de nós entende que o fato de o chão estar molhado é o responsável pelo fato de estar chovendo. Trocando em miúdos, nenhum de nós acredita que, se eu jogar um balde d’água no chão, fazendo assim com que o chão fique molhado, isso fará nuvens se aglutinarem no céu gerando, desse modo, precipitação aquosa, chuva. Dizendo de outra forma ainda: ninguém acredita que a relação de causalidade existente entre <chuva> e <chão molhado> seja “Se o chão fica molhado, então chove”. Acreditamos naquilo que de fato acontece na realidade: a relação de causalidade “Se chove, então o chão fica molhado”.

A forma lógica “Se A, então B” nos traz uma informação específica, que é esta: existe uma relação de causalidade entre A e B na qual A é a causa e B é a consequência. Essa estrutura não nos traz qualquer outra informação; aliás, é precisamente esse o motivo dela poder ser representada como “Se A, então B”. Assim sendo, qualquer outra informação que seja relevante para, por exemplo, definir a veracidade ou a falsidade da relação de causalidade construída por meio de um período composto não está na estrutura “Se ..., então ...” em que A e B são encaixados, mas está nos próprios A e B. Exemplifico.

É claro que uma relação de causalidade como “Se o chão fica molhado, então chove” pode ser verdadeira em um ambiente ficcional, digamos, em uma literatura fantástica na qual uma força mística oculta ou uma lei física desconhecida faça com que o chão, quando molhado, *cause* a chuva. Porém, é óbvio que essa relação de causalidade em que <chão molhado> é causa e <chuva> é consequência não é verdadeira na nossa realidade.

1.1.5 A relação de causalidade equivalente

Voltemos, uma vez mais, à premissa maior do silogismo de SILVESTRE:

- (4) a. Se Sócrates é homem, então Sócrates é mortal.

A forma lógica “Se A, então B” é preenchida aqui com os conteúdos *Sócrates é homem* (equivalente a A) e *Sócrates é mortal* (equivalente a B), e virtualmente quaisquer conteúdos entre os quais queira-se estabelecer uma relação de causalidade podem ser representados por A e B.

Além disso, notemos que existe “outro enunciado que representa a mesma proposição”⁽¹⁰⁾ do enunciado “Se A, então B” e, portanto, lhe é equivalente. Esse outro enunciado é “B se A”. Ambos dizem a mesma coisa, porém com estruturas diferentes. Enquanto “Se A, então B” é a estrutura da premissa maior “Se Sócrates é homem, então Sócrates é mortal”, “B se A” é a estrutura da premissa maior “Sócrates é mortal se Sócrates é homem” – considerando, como antes, que *Sócrates é homem* é uma oração representada por A e *Sócrates é mortal* é uma oração representada por B. Aparentemente, as duas premissas maiores dizem a mesma coisa, só que numa *perspectiva* diferente. Isso será explorado em breve. Até lá, tomemos o seguinte silogismo:

- | | | |
|------|---|------------------|
| (10) | a. Se chove, então o chão está molhado. | (premissa maior) |
| | b. Chove. | (premissa menor) |
| | c. Então o chão está molhado. | (conclusão) |

A premissa maior será, portanto, dentro dos silogismos utilizados neste trabalho, o primeiro enunciado que o compõe e aparecerá na forma “Se A, então B”, como no exemplo acima, ou na forma “B se A”, como no exemplo abaixo:

- | | | |
|-------|----------------------------------|------------------|
| (10’) | a. O chão está molhado se chove. | (premissa maior) |
| | b. Chove. | (premissa menor) |
| | c. Então o chão está molhado. | (conclusão) |

Como já foi dito e será focalizado mais adiante, o silogismo (10) – ou o silogismo (10’), já que são equivalentes – é correspondente, em língua portuguesa, a um período composto por duas orações – que, por sua vez, serão compostas pelo conteúdo informacional da premissa menor e da conclusão – ligadas por uma conjunção. Por exemplo, o silogismo

¹⁰ Cito parte da nota de rodapé 23 de SILVESTRE (p.63): “Tradicionalmente, em filosofia da linguagem e filosofia da lógica, os termos “proposição” e “enunciado” designam noções diferentes. Enquanto, por exemplo, “O céu é azul” e “The sky is blue” são enunciados de tipos diferentes, escritos inclusive em línguas diferentes, esses dois enunciados expressam a mesma proposição.”

(10) corresponde ao período “Chove, então o chão está molhado” e o silogismo (10’) corresponde ao mesmo período “Chove, então o chão está molhado”, porque (10a) e (10’a) são equivalentes, e a premissa menor e a conclusão – elementos que compõem o período correspondente ao silogismo – tanto de (10) quanto de (10’) são iguais. Na transposição desse silogismo mental para um período composto por duas orações ligadas por conjunção, a premissa maior será apagada da explicitude – da materialidade –, embora ela ainda seja necessária para definir a relação de causalidade, de modo que ela ainda está presente no escopo informacional do período apesar de estar implícita.

1.1.6 A relação de causalidade pressuposta

Quero notar que poucas vezes, ao longo deste trabalho, foquei na *emissão* ou na *recepção* – etapas do processo comunicativo – para mostrar como a correspondência entre silogismo e período composto é afetada por cada uma delas. Na maioria das vezes, procurei escrever algo que pudesse ser aplicado simultaneamente a essas duas etapas do processo de comunicação. Entretanto, penso ser proveitoso enfatizar aqui que a pressuposição da relação de causalidade é a primeira etapa tanto da *emissão* quanto da *recepção* de um período composto que contenha relação de causalidade.

Por que isso acontece é simples: porque é impossível produzir um período composto que contenha relação de causalidade sem antes pressupor qual é essa relação. De semelhante modo, é impossível interpretar um período composto que contenha relação de causalidade sem antes pressupor essa relação. Como já foi dito, a tese deste trabalho é que existe uma correspondência entre silogismo e período composto que contém relação de causalidade, de modo que a premissa maior desse silogismo – definidora da relação de causalidade contida no período composto – está ausente na estrutura desse período, mas não está ausente em seu conteúdo informacional; ou seja, não está presente na estrutura desse período, mas está presente em seu conteúdo informacional.

No capítulo 3, veremos que a segunda oração do período “Chove, então o chão está molhado” possui duas interpretações possíveis orientadas por duas relações de causalidade possíveis. Se a relação de causalidade for “Se chove, então o chão está molhado”, a segunda oração desse período será *subordinada adverbial consecutiva*. Se a relação de causalidade for “Se o chão está molhado, então chove”, a segunda oração desse período será *coordenada*

conclusiva (¹¹). Esse é um exemplo do quanto o período composto que contém relação de causalidade depende completamente da pressuposição da definição dessa relação de causalidade, tanto na hora desse período ser produzido (emissão) quanto na hora de ser interpretado (recepção).

1.2 A PREMISA MENOR E A CONCLUSÃO

Continuando a considerar os silogismos (10) e (10'), o enunciado (b) em ambos – “Chove” – é uma oração tradicionalmente classificada, em análises sintáticas, como oração principal. Já o enunciado (c) em ambos – “Então o chão está molhado” – é uma oração tradicionalmente classificada, em análises sintáticas, como coordenada conclusiva, mas que neste trabalho é entendida como subordinada adverbial consecutiva (como definido na Introdução, p. 3-6). Desse modo, conforme apontado anteriormente, os enunciados (b) e (c) desses silogismos são análogos às orações que constroem um período composto – constituído de duas orações ligadas por conjunção – que contenha uma relação de causalidade. O período, nesse caso, é “Chove, então o chão está molhado”.

O que acabamos de constatar, portanto, é que os silogismos (10) e (10') são compostos por uma premissa maior que define a relação de causalidade, uma premissa menor que constata um evento do mundo e uma conclusão tirada a partir da relação entre essas premissas maior e menor. Este trabalho busca demonstrar que, em língua portuguesa, os períodos sindéticos desenvolvidos compostos por duas orações são construídos a partir de um silogismo mental, e o usuário da língua, na hora de exteriorizar esse silogismo mental por meio dela, utiliza, na construção desses períodos, implicitamente uma premissa maior definidora de uma relação de causalidade – nos moldes “Se A, então B” ou “B se A” – e explicitamente uma premissa menor e uma conclusão, ligadas por uma conjunção apropriada.

Dizendo de outro modo: o período “Chove, então o chão está molhado” é composto por uma oração principal e uma oração subordinada adverbial consecutiva; contudo, se transportarmos esse período para dentro de um silogismo, ele será dividido em premissa menor – que conterà a oração principal – e conclusão – que conterà a oração subordinada

¹¹ Lembrando do que foi discutido na Introdução a respeito das orações consecutivas e suas classificações, penso que o paradigma conjuncional consecutivo foi afastado do paradigma conjuncional conclusivo a fim de solucionar ambiguidades interpretativas como essa, já que os gramáticos que promoveram esse afastamento assim o fizeram por não quererem (ou não poderem) utilizar esse entendimento de que existe, nos períodos que contém relação de causalidade, uma pressuposição implícita, a saber, a definição dessa relação de causalidade, contida na premissa maior do silogismo correspondente a esse período.

adverbial consecutiva. A premissa maior, que estava implícita no período composto, passará a ser explicitada no silogismo.

Ora, nessas condições, é muito fácil identificar a correspondência entre um silogismo e um período que contenha uma oração *consecutiva*. Mas e quanto às demais orações que este trabalho propôs-se a analisar: *causais*, *conclusivas* e *explicativas*? Essa discussão será retomada na seção 2.5.1.

1.2.1 O dado disponível na realidade

O que significa dizer que uma informação é *um dado disponível na realidade*? Significa simplesmente que ela é apreensível por meio dos sentidos. Por exemplo, as explicações presentes na seção 2.2 utilizam amplamente o sentido da visão para ilustrar o significado de *perspectiva semântica*. Nas situações lá propostas, o *dado disponível na realidade* será aquele que está, por assim dizer, “diante dos olhos”.

Analisando os silogismos (10) e (10’) por um aspecto semântico – isto é, que se refere aqui a *causa* e *consequência* –, as premissas maiores (10a) e (10’a) estabelecem uma mesma condição (<chuva>) que, se satisfeita, causará uma determinada consequência (<chão molhado>). A premissa menor, por sua vez, atesta que essa condição está sendo satisfeita e, por esse motivo, há na conclusão a inferência de que a condição determinada pela premissa maior está sendo causada.

Nesse sentido, a premissa menor é, nos exemplos (10) e (10’), um dado disponível na realidade e a conclusão é algo que, como o próprio nome deixa óbvio, pode-se concluir a partir das premissas maior e menor. Se sabemos que, quando chove, o chão fica molhado e, olhando para o céu, vemos que está chovendo, uma conclusão óbvia é que, como consequência da chuva, o chão está molhado. Às vezes, porém, a situação é outra: sabemos que, quando chove, o chão fica molhado, mas dessa vez vemos o chão molhado (e não a chuva). É possível concluir que a causa do chão estar molhado é a chuva? Sim. Independentemente de qual seja o dado disponível na realidade acerca da relação de causalidade definida pela premissa maior, o silogismo nos permite concluir o dado faltante.

Em outras palavras, o dado disponível na realidade – que, nos exemplos desenvolvidos neste trabalho, funcionará no silogismo como premissa menor – às vezes é a *causa*, às vezes é a *consequência*. Por conseguinte, a inferência a que se quer chegar a partir das premissas maior e menor – que, nos exemplos desenvolvidos neste trabalho, funcionará no silogismo

como conclusão – às vezes é a *causa*, às vezes é a *consequência*, sempre de forma oposta ao dado que está contido na premissa menor.

Entretanto, a situação em que temos um dos dois elementos da relação de causalidade – causa e consequência – disponível e não temos o outro não é a única possível. Na verdade, existem três possibilidades no que se refere a *causa* e *consequência* serem ou não dados disponíveis na realidade. Essas três possibilidades são:

- (x). a causa e a consequência estão disponíveis na realidade
- (y). ou a causa ou a consequência está disponível na realidade
- (z). nem a causa nem a consequência estão disponíveis na realidade

Não é possível saber somente pelo período composto que contém relação de causalidade em qual dessas situações (x), (y) ou (z) o usuário da língua se encontra. Embora a (y) sejam a utilizada nos exemplos desenvolvidos neste trabalho, suponho que nenhuma dessas situações altere o significado de qualquer período composto que contém relação de causalidade porque esse significado não depende da quantidade de dados disponíveis na realidade aos quais o usuário da língua tem acesso, mas de duas outras coisas: 1) a *perspectiva semântica* pressuposta na definição da relação de causalidade presente na premissa maior e 2) a concatenação temporal nessa relação de causalidade. Como trabalharemos a *perspectiva semântica* na seção 2.2, trabalharemos a seguir a concatenação temporal.

1.2.1.1 Concatenação temporal

Os termos *ordem natural* e *ordenação temporal* que aparecerão nas seções seguintes referem-se ao fato de existir, entre uma causa e sua consequência, uma sequência de acontecimentos necessária que é: primeiro a causa e depois a consequência. A causa deve invariavelmente anteceder a consequência, ou seja, é impossível que uma consequência exista e/ou ocorra antes de sua causa. Desse modo, os termos *ordem preferível*, *ordenação preferível* e *ordenação lógica* aludem à equiparação da sequência em que as relações de causalidade ocorrem no mundo – primeiro a causa e depois a consequência – com a *ordenação linguística* naturalmente esperada de alguém que descreva um evento do mundo por meio da língua portuguesa – a mesma ordenação: primeiro a causa e depois a consequência –, embora a língua portuguesa possua a capacidade de referir-se a eventos do mundo citando primeiro a consequência e depois a causa, como veremos no capítulo 2.

O que é inadmissível para a construção de sentido de um período é que não haja *concatenação temporal* entre causa e consequência, isto é, não haja coerência e coesão temporais entre causa e consequência, de modo a tornar impossível a relação de causalidade em razão de uma violação da obrigatoriedade de ocorrência da causa anterior à ocorrência da consequência. Resumindo os paradigmas verbais da língua portuguesa em *passado*, *presente* e *futuro* – e sem considerar as inúmeras possibilidades variação de aspectos de predicados –, as combinações possíveis são:

- (a) *causa no passado e consequência no passado*
- (b) *causa no passado e consequência no presente*
- (c) *causa no passado e consequência no futuro*
- (d) *causa no presente e consequência no passado*
- (e) *causa no presente e consequência no presente*
- (f) *causa no presente e consequência no futuro*
- (g) *causa no futuro e consequência no passado*
- (h) *causa no futuro e consequência no presente*
- (i) *causa no futuro e consequência no futuro*

Como foi dito, essa lista é apenas um resumo. Vários outros sintagmas poderiam ser adicionados para afetar a noção de tempo em relação tanto à causa quanto à consequência, mas esse não é um dos objetivos deste trabalho.

Exemplifiquemos cada uma das possibilidades, elencadas acima, por meio da relação de causalidade “Se <chuva>, então <chão molhado>”, na qual <chuva> é o núcleo informacional da *causa* e <chão molhado> é o núcleo informacional da *consequência*. Além disso, farei uma escala de aceitabilidade baseando-me unicamente na minha sensação de usuário da língua portuguesa. Os períodos sem asterisco soam-me de forma totalmente aceitável; os períodos com um asterisco soam-se de forma estranha; os períodos com dois asteriscos soam-me de forma totalmente inaceitável:

- (a') Choveu, então o chão estava molhado.
- (b') Choveu, então o chão está molhado.
- (c') *Choveu, então o chão estará molhado.
- (d') **Chove, então o chão estava molhado.

- (e') Chove, então o chão está molhado.
- (f') *Chove, então o chão estará molhado.
- (g') **Choverá, então o chão estava molhado.
- (h') **Choverá, então o chão está molhado.
- (i') Choverá, então o chão estará molhado.

Algumas coincidências são notáveis: os períodos nos quais as duas orações possuem o mesmo tempo verbal – (a'), (e') e (i') – são completamente aceitáveis. Curiosamente, também não há qualquer estranheza quando a causa está no passado e a consequência no presente, como em (b'). Já os futuros, eu os estranho, a não ser o que está acompanhado da causa também no futuro, embora não tenha muita certeza do motivo desse estranhamento.

Mas os exemplos (d'), (g') e (h') não deixam dúvida da razão de sua inaceitabilidade: os três são agramaticais justamente porque nos dizem que, em algum momento no tempo, a consequência (<chão molhado>) apareceu antes de sua causa (<chuva>), violando a regra temporal básica de uma relação de causalidade: a causa deve vir antes da consequência. Lembrando da seção 1.1.4, talvez a violação dessa regra seja aceitável em literatura fantástica, mas não o é quando a linguagem refere-se ao mundo real.

É possível que as condições de concatenação temporal afetem a *perspectiva semântica* – conceito que será desenvolvido na seção 2.2 e que julgo ser o ponto mais importante deste trabalho – ou até mesmo outras categorias da correspondência entre silogismo e período composto que contém relação de causalidade. Contudo, para que uma investigação profunda a respeito de como a concatenação temporal afeta as relações de causalidade nos períodos compostos, creio que deva ser feita uma catalogação de muitas possibilidades de combinação entre *causa* e *consequência* nas diferentes possibilidades de tempos verbais em que elas podem aparecer, não da forma resumida como foi feita aqui, mas de forma ampla e abrangente, que considere operadores temporais ligados a várias classes de palavras em vários níveis da estrutura oracional.

Assim sendo, todo um novo trabalho seria necessário. Por isso, este trabalho se aterá à análise de orações que julguei totalmente aceitáveis, de acordo com a classificação acima, sem complicações temporais propositais que visem a explorar esse campo. Vistos os elementos que compõem um silogismo, a saber: a premissa maior, a premissa menor e a conclusão, olhemos agora mais de perto para a correspondência entre silogismo e período composto e para suas características.

CAPÍTULO 2 – A CORRESPONDÊNCIA ENTRE SILOGISMO E PERÍODO COMPOSTO

Já que, por definição, a causa é sempre anterior à consequência, existe uma “ordenação preferível”, ou “ordenação lógica”, advinda da natureza da organização temporal sequencial entre causa e consequência: como no mundo existe primeiro a causa e só depois existe a consequência dessa causa, nós buscamos carregar – por assim dizer, por inércia – essa ordenação natural para a linguagem. Entretanto, a linguagem é um mecanismo de descrição da realidade repleto de recursos dos mais variados. Um deles, por exemplo, é o fato de conseguirmos alterar a ordem de exposição dos eventos da realidade na descrição oracional linear que fazemos desses eventos por meio da língua portuguesa. Podemos perfeitamente construir os dois períodos a seguir:

(11) Ele levou um tiro fatal e, por isso, faleceu.

(11’) Ele faleceu: levou um tiro fatal.

Ora, o evento <levar um tiro fatal> é logicamente anterior, nesses períodos, ao evento <falecer>. Se alguém já faleceu, pode até tomar outro tiro, mas jamais poderá tomar outro tiro fatal, pois já faleceu e não pode falecer novamente. Contudo, embora a ordenação temporal entre os acontecimentos <levar um tiro fatal> e <falecer> seja primeiro aquele evento depois esse, percebamos que a construção (11’) apresenta, em sua linearidade, primeiro o falecimento e depois o tiro fatal, contrariando a “ordenação preferível” ou “ordenação lógica” dos eventos. Apesar disso, não temos qualquer problema em reconhecer essa construção linguística como válida e obter, por meio dela, informação acerca da realidade.

É necessário, então, para compreendermos como as relações de causalidade aparecem nos períodos em língua portuguesa, fazer diferenciação entre três instrumentos de análise de períodos que possuem, cada um deles, as mesmas duas categorias: *direta* e *inversa*. Esses três instrumentos, chamei-os de *ordem tradicional*, *perspectiva semântica* e *ordenação linguística*. Trabalhem-los, a partir de agora, em seções específicas que focalizarão cada uma os conceitos por trás dessas ferramentas de análise antes de darmos continuação a nossa demonstração de correspondência entre silogismo e período composto.

2.1 A ORDEM TRADICIONAL

CARONE (1988, p.60) defende que a conjunção pertence, em um período composto por duas orações, à segunda oração. Ela mostra (p.55) que a fórmula do período utilizada por TESNIÈRE (1969, p.327) ⁽¹²⁾ é $C^1 + \text{conjunção} + C^2$, em que C representa uma oração. Já CARONE entende que essa fórmula, na verdade, é um pouco diferente, e propõe $C^1 + (\text{conjunção} + C^2)$ como a fórmula correta, dando diversos argumentos que sustentam sua proposta. A conclusão de CARONE me parece irrefutável: a conjunção pertence, de fato, em um período composto por duas orações, à segunda oração.

A *ordem tradicional*, portanto, diz respeito, num período composto por duas orações, à organização entre a oração que não possui a conjunção e a oração que a possui. As organizações que podem aparecer num período composto por duas orações são duas, *ordem direta* ou *ordem inversa*, exemplificadas por (12) e (12’):

(12) Saí porque me cansei [$C^1 + (\text{conjunção} + C^2)$; ordem direta]

(12’) Porque me cansei, saí [$(\text{conjunção} + C^2) + C^1$; ordem inversa]

Talvez alguém argumente que essas duas possibilidades de organização do período quanto à *ordem tradicional* não são as únicas existentes, pois existem também conjunções que se inserem em C^2 . Discutiremos isso a seguir antes de partirmos para a *perspectiva semântica* e a *ordenação linguística*. Olhemos agora para a conjunção como representante da relação de causalidade no período e, em seguida, focalizemos a questão da posição da conjunção no período.

2.1.1 A conjunção como representante da relação de causalidade no período

A conjunção demonstra-se de extrema importância no processo de análise de um período do qual as orações possuam entre si relação de causalidade. A primeira escolha que o usuário do Português faz, quando está analisando possíveis relações de causalidade entre orações de um período, é se essa relação existe ou não existe, de modo que, se não existe, ela já não interessa à nossa análise. Essa escolha é semântica.

¹² TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1969.

Pode ser que alguém pergunte: “Se a relação de causalidade existir, não ficará óbvio que ela existe?” Provavelmente, e graças às conjunções. Elas serão o elemento-chave que fará o ouvinte ou leitor assumir que, em um determinado período, existe ou não relação de causalidade entre as orações. Analisemos os períodos:

- (13) a. Newman desceu as escadas. Alegrou-se.
b. Newman desceu as escadas *e* alegrou-se.
c. Newman desceu as escadas, *mas* alegrou-se.
d. Newman desceu as escadas; *portanto*, alegrou-se.
e. Newman desceu as escadas, *porque* alegrou-se.

A relação entre os dois eventos descritos pelas orações do período – Newman descer as escadas e Newman alegrar-se – muda completamente de acordo com a conjunção que usamos para especificá-la. O período (a), que não possui conjunção entre as orações que o compõem, parece ter um significado aditivo, semelhante ao do período (b), porque qualquer coisa que faça sentido e seja adicionada ao período após a primeira oração obviamente adicionará sentido ao período. Contudo, isso não significa que a relação entre as duas orações de (a) é uma relação aditiva. Creio que as melhores opções são ou dizer que essa relação não existe ou dizer que não sabemos qual ela é.

O que há de ficar bem claro é: as conjunções importam. Said ALI (2001, p.165) faz questão de demonstrar isso. Após empreender breve exame de um período composto por várias orações sindéticas e assindéticas, ele afirma:

Deste exame se depreende que a conjunção faz parte, como elemento acessório, somente daquela oração em cujo início se acha, tendo por objeto apresentar o respectivo pensamento como correlato a outro. Mostra a partícula que não se deve tomar tal pensamento como asserção absoluta e independente, segundo sucederia com dois aforismos ou dois teoremas reunidos ao acaso.

Vamos retomar (5) e (5’), citados anteriormente:

- (5) Sócrates é homem; portanto, Sócrates é mortal.

(5') Sócrates é homem; Sócrates é mortal.

Existe uma diferença óbvia entre (5) e (5'). Enquanto (5) possui a conjunção *portanto*, (5') não a possui e, por isso, não existe relação sintática entre as orações que compõem o período (5'). Mas talvez ainda exista relação semântica entre elas. Talvez a ausência da conjunção entre as orações que compõem (5') não signifique que não existe relação semântica de causalidade entre elas; contudo, se essa relação existir, a ausência da conjunção não nos permite identificá-la. O mesmo não acontece com (5), pois a presença da conjunção torna evidente a natureza da relação entre as orações que compõem esse período, e nesse caso essa natureza é, semanticamente, causativa, ou seja, que exprime uma relação de causalidade.

Relembremos o que foi dito ao final da introdução: não obstante conjunções pertencentes a um mesmo paradigma conjuncional não funcionarem da mesma forma em diversos ambientes sintáticos, como demonstra LOBO (2003, p.151-152) (¹³), elegi a conjunção *então* para representar o paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo e a conjunção *porque* para representar o paradigma conjuncional causal/explicativo. Isso facilitará nosso entendimento e a exemplificação quando discutirmos os moldes de *perspectiva semântica e ordenação linguística* em que cada paradigma conjuncional se encaixa. Relembremos também que o estudo das diferenças entre conjunções de um mesmo paradigma não é proposta deste trabalho.

2.1.2 A posição da conjunção no período

Aproveitando o gancho dado por Said ALI quando este diz que “a conjunção faz parte [...] somente daquela oração *em cujo início se acha*”, abordemos brevemente, sem intencionar esgotá-lo, o tema da posição da conjunção no período. CARONE (p.58-59) mostra a origem adverbial de muitas conjunções: “...a expressão “por isso” – que, em vias de cristalizar-se, é uma transição entre adjunto adverbial e conjunção coordenativa” (¹⁴). Ela afirma que situam-se “na faixa de transição os marcadores que atuam como elementos de coesão entre partes de um texto: *além disso, apesar disso, em vez disso, pelo contrário* [...] – eis apenas alguns

¹³ LOBO, M. Aspectos da Sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português. 452f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

¹⁴ A terminologia atualmente utilizada para o termo “cristalizar-se” é “gramaticalizar-se”. À época da confecção desse livro de Carone, chamava-se de *cristalização* o processo que hoje é chamado de *gramaticalização*.

exemplos”. A autora ainda diz que “Como termos híbridos, [esses marcadores] participam da natureza do advérbio e da natureza da conjunção: exprimem circunstâncias várias, mas comportam-se como fatores de coesão, a caminho de cristalizar-se como conjunções coordenativas”.

Vemos em CARONE que existem conjunções de origem adverbial que estão em processo de gramaticalização como conjunção. Essa observação é importante para nós porque uma das conjunções aqui eleitas como representantes paradigmáticas encaixa-se na descrição de CARONE: é o caso de *então*. Enquanto *porque* é uma conjunção plena, *então* encontra, em alguns ambientes sintáticos, uma função típica de adjunto, como na oração “O *então* presidente visitara o país vizinho”. Será isso um problema?

NOUGUÉ (2015, p.476) defende que conjunções como *então*, quando assim se deslocam, “deixam de ser conjunções e voltam à origem adverbial”, e enfatiza: “é uma contradição de termos considerar que qualquer conjunção possa não estar no rosto da oração”. Esta afirmação de NOUGUÉ me parece correta. Talvez fosse possível discordar dela pelo aspecto semântico. Considerando os seguintes períodos:

- (14) a. Machucou-se; *então* foi para o hospital.
- b. Machucou-se; foi, *então*, para o hospital.
- c. Machucou-se; foi para o hospital, *então*.

Respondamos à pergunta: eles possuem o mesmo significado? Para mim, a questão se resume à resposta dada. Contudo, não me proponho a respondê-la. Neste trabalho, todas as conjunções analisadas encontram-se na posição típica de conjunção, ou seja, no rosto da oração. Adotaremos, portanto, o entendimento de NOUGUÉ.

Conclui-se daí que as duas únicas possibilidades de organização do período quanto à *ordem tradicional* são a *ordem direta* – exemplificada em (8) – e a *ordem inversa* – exemplificada em (8’). Desse modo, se, quando analisamos num período a relação entre duas orações, encontramos, na posição de conjunção, palavras como *então*, *porque*, *pois*, *portanto*, *pois que*, *que*, *já que*, *porquanto*, *por isso*, *por causa disso*, *uma vez que* e várias outras palavras e locuções *que indicam relação de causalidade*, temos motivos suficientes para assumir que existe, entre as duas orações em questão, uma relação de causalidade. Neste trabalho, utilizaremos a ordem tradicional na seção 2.6, no momento de exemplificar a equivalência entre silogismo e período composto.

2.2 A PERSPECTIVA SEMÂNTICA

A perspectiva semântica é o ponto de vista a partir do qual se olha para a relação de causalidade, ou se pensa na relação de causalidade, ou se concebe a relação de causalidade. É a preferência que se dá à *causa* ou à *consequência* no momento da pressuposição da própria relação de causalidade. Essa preferência é revelada na forma em que é concebida a relação de causalidade: se pela estrutura “Se A, então B”, ou se pela estrutura “B se A”.

Vimos, na seção 1.1, que o elemento que contém a definição da relação de causalidade é a premissa maior dos silogismos que utilizamos para construir períodos composto em língua portuguesa que contenham essa relação. Assim sendo, a *perspectiva semântica direta* advém, na relação de correspondência entre o período e o silogismo, da premissa maior de estrutura “Se A, então B”; por conseguinte, a *perspectiva semântica inversa* advém, na relação de correspondência entre o período e o silogismo, da premissa maior de estrutura “B se A”.

Perceba que “Se A, então B” é uma definição da relação de causalidade que traz, na linearidade de sua estrutura, primeiro a causa (A) e depois a consequência (B). Já “B se A” é uma definição da mesma relação de causalidade, mas que, por sua vez, traz, na linearidade de sua estrutura, primeiro a consequência (B) e depois a causa (A). Como as posições iniciais na linearidade das orações em língua portuguesa são interpretadas, de forma geral, como as mais importantes, isso afeta também a forma com a qual pressupomos a definição de uma relação de causalidade.

Já na seção 1.1.5, vimos que tanto “Se A, então B” quanto “B se A” são enunciados que definem a mesma relação de causalidade e são, por isso, equivalentes. Contudo, a seleção de um em detrimento do outro altera nossa *perspectiva semântica* em relação a uma determinada relação de causalidade. Com “Se A, então B”, já pressupomos a relação de causalidade focalizando a *causa*, e depois pensamos na consequência. Com “B se A”, já pressupomos a relação de causalidade focalizando a *consequência*, e depois pensamos na causa. A causa continua, por definição, sendo temporalmente anterior à consequência. O que muda, então, não é a ordem dos eventos no mundo, mas a nossa *perspectiva* em relação a essa ordem.

Outro modo de explicar isso é: quando escolhemos pressupor uma relação de causalidade qualquer com a estrutura “Se *causa*, então *consequência*” (Se A, então B), destacamos a *causa* e damos a ela a importância principal. Já quando escolhemos pressupor

uma relação de causalidade qualquer com a estrutura “*Consequência se causa*” (*B se A*), destacamos a *consequência* e damos a ela a importância principal.

Talvez essa não seja a explicação mais clara e completa que existe, e, por ser ela de suma importância, não compreendê-la significa, em alguma medida, não compreender a essência deste trabalho. Desse modo, o que eu gostaria de deixar claro é algo que já disse na seção 1.1.6: o período composto que contém relação de causalidade depende completamente da pressuposição da definição dessa relação de causalidade porque a capacidade inata da linguagem trabalha, nos usuários da língua portuguesa, com silogismos para a produção e para a compreensão de períodos compostos que contenham relação de causalidade.

Meu esforço a seguir será, portanto, para exemplificar, da forma mais concreta possível, as explicações dadas acima, utilizando inclusive o conceito de *dado disponível na realidade* apresentado na seção 1.2.1. Olhemos agora para os quatro períodos seguintes:

(15) Chove, então o chão está molhado.

(16) O chão está molhado porque chove.

(17) O chão está molhado, então chove.

(18) Chove, porque o chão está molhado.

Explicarei a diferença entre o par (15) e (16) – que forma a *perspectiva semântica direta* – e o par (17) e (18) – que forma a *perspectiva semântica inversa*. Todavia, os períodos que contém uma oração causal, como o período (16), possuem uma peculiaridade que os demais períodos do grupo quaternário não possuem. Por isso, explicarei esse período após explicar a diferença entre as perspectivas semânticas *direta* e *inversa* utilizando apenas (15), (17) e (18). Insisto: não esqueçamos que (15) e (16) formam o par da *perspectiva semântica direta* e (17) e (18) formam o par da *perspectiva semântica inversa*; o que faremos agora será apenas um adiamento da explicação de (16), que será antecedida pelas explicações de (15), (17) e (18).

Começemos do último: ao ler (18), ficamos com a forte sensação de que, entre as duas informações abarcadas no período – a saber, <chuva> e <chão molhado> –, temos mais certeza da segunda (o chão molhado) e, comparavelmente, menos certeza da primeira (a chuva). O período parece, inclusive, indicar que não estamos vendo a chuva, mas que vemos o chão molhado, e que estamos concluindo que está chovendo a partir do momento em que vemos o chão molhado. Outra forma de dizer isso é: o dado da realidade que nos está

disponível é o chão molhado, e não a chuva. O mesmo acontece em (17): temos mais certeza de que o chão está molhado e, comparavelmente, menos certeza de que está chovendo. A única diferença é que a *ordenação linguística* – como veremos na seção 2.3 – das informações (chuva e chão molhado) está organizada de forma direta em (17) e de forma inversa em (18), e isso causa uma alteração na conjunção selecionada, como veremos na seção 2.4.

Em (15), parece acontecer o contrário do que acontece em (17) e (18): dentre as duas informações (chuva e chão molhado) disponíveis no período, parece que temos mais certeza da chuva e menos certeza do chão molhado, de modo que podemos estar olhando apenas para a chuva e, a partir dela, concluindo que o chão está molhado (embora não estejamos olhando para esse chão). Enquanto em (17) e (18) olhamos para o chão molhado, em (15) olhamos para a chuva. Outra forma de dizer isso é: o dado da realidade que nos está disponível em (15) é a chuva, e não o chão molhado.

Dizendo de outro modo: por meio de (15), o usuário de língua portuguesa sabe que está chovendo e, a partir disso, conclui que o chão está molhado. Em (17) e (18), o ponto de vista, ou seja, a perspectiva semântica do mesmo usuário é a inversa: ele sabe que o chão está molhado e, a partir disso, conclui que está chovendo.

Fazendo uso de um termo utilizado no começo deste capítulo, a “ordenação preferível” da qual se olha para a relação de causalidade é *da causa para a consequência*, pois a causa é logicamente anterior à consequência. Quando assim se procede – ou seja, quando se olha para a relação de causalidade *da causa para a consequência* –, temos uma *perspectiva semântica direta*. A *perspectiva semântica inversa* ocorre, então, quando se olha a relação de causalidade *da consequência para a causa*, o que contraria a ordem natural dos eventos que ocorrem no mundo.

Como, na relação de causalidade em questão, a chuva é a *causa* e o chão molhado é a *consequência*, (15) é um período que olha para essa relação de causalidade *da causa para a consequência*, ou seja, de uma *perspectiva semântica direta*. Enquanto isso, (17) e (18) são períodos que olham para a mesma relação de causalidade *da consequência para a causa*, ou seja, de uma *perspectiva semântica inversa*.

Desse modo, as relações de causalidade entre duas orações que formam um período composto englobam os quatro tipos de oração citados anteriormente: *consecutivas*, *causais*, *conclusivas* e *explicativas*. Deixando de lado, como já dissemos, a discussão entre coordenação e subordinação, vemos, por um viés semântico, que esses quatro tipos de oração formam pares: um par em que a *perspectiva semântica* acerca da relação de causalidade é

demonstrada de forma *direta*, ou seja, *da causa para a consequência* (consecutivas e causais, como 15 e 16); e outro par em que a *perspectiva semântica* acerca da relação de causalidade é demonstrada de forma *inversa*, ou seja, *da consequência para a causa* (conclusivas e explicativas, como 17 e 18).

Espero que a aplicação do conceito de *perspectiva semântica* nos períodos (15), (17) e (18) tenha sido clara. Reitero: como a perspectiva semântica é o ponto de vista do qual se olha para a relação de causalidade, em (17) e (18) esse ponto de vista é *da consequência para a causa* – perspectiva semântica inversa – e em (15) esse ponto de vista é *da causa para a consequência* – perspectiva semântica direta. Já que foi dito que (15) e (16) formam um par, esperamos que o mesmo que ocorre em (15) ocorra também em (16).

Contudo, o período (16) – *O chão está molhado porque chove* –, que deveria carregar o mesmo “ponto de vista” do período (15) – ou seja, o “ponto de vista” contrário ao de (17) e (18) –, estranhamente parece dizer que estamos olhando para o chão molhado e, a partir dele, concluindo que ele está molhado porque está chovendo. Entretanto, não é isso que o período está dizendo; tampouco o período diz que estamos olhando para o chão molhado e concluindo que está chovendo. Na verdade, (16) diz que estamos olhando para a chuva e concluindo que o chão está molhado, como ocorre em (15). Isso é um pouco confuso, não? Olhemos com mais cautela para a sutil diferença entre o que o período diz e o que pensamos que ele está dizendo.

2.2.1 Orações causais

A proposição “estamos olhando para o chão molhado e concluindo que está chovendo” é, em vários sentidos, diferente da proposição “estamos olhando para o chão molhado e concluindo que o chão está molhado porque está chovendo”. Chamemos a primeira de (20) e a segunda de (21) e coloquemo-las em outras formas, a fim de ressaltar as diferenças entre elas. O que aparecerá nas letras (a), (b) e (c) a seguir será diferentes modos de evidenciar a estrutura das interpretações (20) e (21) – para deixar claro: os períodos (20) e (21) são ambas interpretações erradas do período (16); a interpretação correta aparecerá em breve em (19). Para isso, lembremo-nos de que, nessa relação de causalidade entre <chuva> e <chão molhado>, <chuva> é a causa e <chão molhado> é a consequência. Chamemos também a causa de A e a consequência de B:

- (20) Estamos olhando para o chão molhado e concluindo que está chovendo
- a. <chão molhado>, então <chuva>
 - b. *Consequência*, então *causa*
 - c. B, então A

(21) Estamos olhando para o chão molhado e concluindo que o chão está molhado porque está chovendo

- a. <chão molhado>, então <chão molhado> porque <chuva>
- b. *Consequência*, então *consequência* porque *causa*
- c. B, então B porque A

As fórmulas em (a), (b) e (c) são outras formas de demonstrar o conteúdo de (20) e (21). A diferença mais óbvia entre as proposições (20) e (21) é o tamanho: essa é sensivelmente maior que aquela. Nas fórmulas (a), (b) e (c), temos diferentes modos de observar por que isso acontece.

Em (20), estamos afirmando que <chão molhado> nos faz concluir <chuva>, ou seja, olhar para a consequência nos faz concluir a causa, ou seja, B nos faz concluir A. Nessa proposição, temos os dois elementos da relação de causalidade, consequência e causa, na quantidade normal: vemos uma consequência e concluimos que ela teve uma causa. A consequência aparece uma vez bem como a causa aparece uma vez.

Já em (21), estamos afirmando que <chão molhado> nos faz concluir <chão molhado> porque <chuva>, ou seja, olhar para a consequência nos faz concluir a consequência por causa da causa, ou seja, B nos faz concluir B porque A. Nessa proposição, temos os dois elementos da relação de causalidade, consequência e causa, numa quantidade estranha: vemos uma consequência e concluimos que vemos essa consequência porque ela teve uma causa. A consequência aparece duas vezes e a causa aparece apenas uma vez.

Dizendo de outro modo: olhar para um chão molhado e concluir, a partir dele, que está chovendo é diferente de olhar para um chão molhado e concluir que esse chão está molhado porque está chovendo. Em (20), nós estamos simplesmente usando uma fórmula que descreve uma relação de causalidade (B, então A), embora a perspectiva semântica da qual olhamos para essa relação de causalidade esteja invertida (*perspectiva semântica inversa*). Porém, em (21), não estamos simplesmente usando uma fórmula que descreve uma relação de causalidade. Parece que estamos colocando uma fórmula que descreve uma relação de

causalidade de perspectiva semântica direta **dentro de** uma fórmula que descreve uma relação de causalidade de perspectiva semântica inversa. É o que nos mostram (20c) e (21c):

(20c) B, então A

(21c) B, então (B porque A)

“B porque A”, por si só, já é uma fórmula que descreve uma relação de causalidade. Contudo, essa fórmula está, em (21c), dentro de outra fórmula, “B, então *x*”. Essa minha interpretação lembra em parte a interpretação de MUNIZ (2000, p.81) quando conclui que a fórmula “B pausa (B) *porque* A”, numerada como (50) em seu trabalho, é um caso de justaposição. Ele diz:

“Em (50), B é o correspondente sintagmático do enunciado ou da enunciação, A é a causa e *porque* está por qualquer uma das conjunções causais.”

Entretanto, existe uma diferença contextual entre minha fórmula (21c) e a fórmula (50) de MUNIZ que é também uma diferença crucial:

(21c) B, então (B porque A)

(50) B pausa (B) *porque* A

Em sua fórmula, ele descreve a estrutura de um período que contém uma oração causal. Em minha fórmula, descrevo a estrutura da interpretação que se faz de um período que contém uma oração causal. São coisas bem diferentes. Aliás, tenho a impressão de que, em alguns contextos, é justamente essa diferença entre *estrutura do período* e *estrutura da interpretação do período* que dá origem às classificações de causa como os pares *causa de enunciado* e *causa de enunciação* (utilizado por MUNIZ), *causa de re* e *causa de dicto* (citado por RODRIGUES) e qualquer outra classificação binária semelhante.

Mas como tudo isso se relaciona com o período (16)? Bom, entendo que nós erroneamente assumimos que (21) é a interpretação de (16), quando, na verdade, a correta interpretação de (16) é:

(19) Estamos olhando para a chuva e concluindo que o chão está molhado

- a. <chuva>, então <chão molhado>
- b. *Causa*, então *consequência*
- c. A, então B

Que é a mesma interpretação de (15). Note-se que não é (20) a interpretação de (16); como dito anteriormente, (20) é a interpretação de (17) e (18). Ora, por que é um erro assumir que a correta interpretação de (16) é (21) e não (19)? A tese deste trabalho é que períodos compostos por orações consecutivas, causais, conclusivas e explicativas formam um grupo de períodos que contêm relação de causalidade entre suas orações. Como explicado nas seções 2.2 e nesta seção, a interpretação utilizada por três desses quatro tipos de oração possui uma estrutura de mesmo tamanho e mesma quantidade de componentes – mais especificamente, (15) utiliza (19) como explicação e (17) e (18) utilizam (20) como explicação, mas a estrutura de (19) e (20) é a mesma, a única coisa que muda é a ordem de seus elementos.

Assim sendo, porque apenas um desses quatro tipos de período utilizaria uma estrutura semântica de explicação diferente dos outros três sendo que os quatro possuem a mesma estrutura sintática? A meu ver, isso já é motivo suficiente para considerar que (21) é a interpretação errada de (16), e que (19) é a interpretação correta. Ainda assim, penso que essa confusão que fazemos não é desmotivada. É provável que ela se origine da diferença semântica que a pausa provoca na interpretação da relação de causalidade entre orações causais e orações explicativas.

2.2.1.1 Orações causais vs. orações explicativas

Olhemos para os seguintes períodos:

- (16) O chão está molhado porque chove.
- (16') O chão está molhado, porque chove.
- (18) Chove, porque o chão está molhado.
- (18') Chove porque o chão está molhado.

Embora (16) seja a construção mais frequente quando um usuário de Português quer dizer que o chão está molhado já que está chovendo, eu entendo que (16') é uma possibilidade estilística de dizer a mesma coisa. Inclusive, (16'), comparado a (16), facilita nosso

entendimento da interpretação (19), definida na seção anterior. Parece-me que a pausa estilística de (16') nos ajuda a compreender que, tanto em (16) quanto em (16'), estamos olhando para a chuva e concluindo, a partir dela, que o chão está molhado.

Contudo, uma retirada estilística da pausa de (18), que daria origem a (18'), seria impossível dentro da relação de causalidade em que a chuva é a causa e o chão molhado é a consequência, pois, no exato instante em que lemos *Chove porque o chão está molhado* – sem pausa após o verbo chover –, interpretamos que a relação de causalidade não é mais “Se chove, então o chão está molhado” e que a segunda oração do período é explicativa, mas que a relação de causalidade passou a ser “Se o chão está molhado, então chove” e a segunda oração do período passou a ser causal.

Suponho que essa falta de simetria entre as possibilidades de presença e ausência de pausa nas orações causais e explicativas seja o que gera em nós confusão na interpretação de (16). São dois os motivos que agem simultaneamente: 1) como comumente não colocamos pausa entre uma oração principal e uma oração causal – apesar de existir, na minha opinião, a possibilidade estilística de fazê-lo –, a fim de ressaltar qual informação é causa e qual informação é consequência numa relação de causalidade – ou seja, a fim de dizer que nossa perspectiva semântica acerca dessa relação de causalidade é direta –, e 2) como a ausência de pausa não pode ser utilizada nas orações explicativas para testar se nossa perspectiva semântica acerca dessa relação de causalidade permanece a mesma – como pode ser feito nas orações causais –, nós buscamos compensar essa assimetria entre causais e explicativas colocando, em nossa interpretação, uma fórmula causal (B porque A) dentro de uma fórmula conclusiva (B, então A). Substituímos o A da fórmula conclusiva pela fórmula causal.

Como dito anteriormente, creio que o fato de utilizarmos a mesma estrutura na interpretação de orações consecutivas, conclusivas e explicativas já é motivo suficiente para utilizarmos essa estrutura interpretativa também nas causais. O que tentei fazer nesta seção 2.2.1.1 foi teorizar a respeito do motivo de criarmos confusão na interpretação de (16), embora compreender por que isso acontece não me pareça essencial.

Voltando às explicações a respeito da perspectiva semântica, concluo que (15) e (16) são períodos que olham para a relação de causalidade “Se <chuva>, então <chão molhado> ” *da causa para a consequência*, ou seja, de uma perspectiva semântica direta. Tanto em (15) quanto em (16), estamos olhando para a chuva e, a partir dela, concluindo que o chão está molhado. Enquanto isso, (17) e (18) são períodos que olham para a mesma relação de causalidade *da consequência para a causa*, ou seja, de uma perspectiva semântica inversa.

Tanto em (17) quanto em (18), estamos olhando para o chão molhado e, a partir dele, concluindo que chove.

Por conseguinte, a perspectiva semântica é uma escolha que o usuário da língua portuguesa faz, no momento de pressupor a definição de uma relação de causalidade, a respeito da ênfase que um dos elementos dessa relação terá: se a ênfase for na *causa*, a estrutura da definição da relação de causalidade será “Se A, então B”; se a ênfase for na *consequência*, a estrutura da definição da relação de causalidade será “B se A”. Atentemos agora para o instrumento de análise de períodos que nos falta desenvolver: a *ordenação linguística*.

2.3 A ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA

A perspectiva semântica – direta ou inversa – da qual olhamos para uma relação de causalidade nos faz construir ou interpretar um período de acordo com uma das duas definições possíveis de causalidade utilizadas neste trabalho – “Se A, então B” ou “B se A” –, de modo que, agora, nos resta avaliar a *ordenação linguística* em que causa e consequência aparecem no período. Como a “ordem preferível” sempre é *da causa para a consequência* – por ser essa a ordem dos acontecimentos no mundo –, na linguagem não é diferente. É natural, portanto, que se espere ver, em um período composto por duas orações, a causa em C^1 e a consequência em C^2 . Por vezes, todavia, não é o que encontramos, como vimos no exemplo (11’).

Assim, a *ordenação linguística* é simplesmente a organização de causa e consequência em relação a C^1 e C^2 . Se temos a *causa* em C^1 e a *consequência* em C^2 , a *ordenação linguística* é *direta*. Mas, se temos a *consequência* em C^1 e a *causa* em C^2 , a *ordenação linguística* é *inversa*. Voltemos aos exemplos, lembrando que a chuva é a *causa* e o chão molhado é a *consequência*:

(15) Chove, então o chão está molhado. [primeiro *causa*, depois *consequência* / ordenação linguística direta]

(16) O chão está molhado porque chove. [primeiro *consequência*, depois *causa* / ordenação linguística inversa]

(17) O chão está molhado, então chove. [primeiro *consequência*, depois *causa* / ordenação linguística inversa]

(18) Chove, porque o chão está molhado. [primeiro *causa*, depois *consequência* / ordenação linguística direta]

Vistas estas três coisas: *ordem tradicional*, *perspectiva semântica* e *ordenação linguística*, resta-nos mais quatro: 1) entender como as conjunções paradigmáticas – *então* e *porque*, definidas em 2.1.1 – são selecionadas por meio da combinação entre *perspectiva semântica* e *ordenação linguística*, 2) entender qual é a fórmula de estruturação do período que essa combinação e a conjunção produzem juntas, 3) discutir um aparente problema envolvendo os silogismos e 4) exemplificar tudo isso que estamos vendo.

2.4 A SELEÇÃO DA CONJUNÇÃO

Já que temos duas possibilidades de perspectiva semântica – direta ou inversa – e igualmente duas possibilidades de ordenação linguística – direta e inversa –, possuímos quatro combinações possíveis entre perspectiva semântica e ordenação linguística, que são:

- perspectiva semântica direta com ordenação linguística direta
- perspectiva semântica direta com ordenação linguística inversa
- perspectiva semântica inversa com ordenação linguística inversa
- perspectiva semântica inversa com ordenação linguística direta

Ora, malgrado as quatro classificações tradicionais que aparecem na NGB trabalhadas aqui – consecutivas, causais, conclusivas e explicativas – tenham gerado alguma confusão até mesmo em gramáticos que com elas trabalharam, entendo que elas correspondem às quatro combinações acima citadas da seguinte forma:

- perspectiva semântica direta com ordenação linguística direta: consecutivas
- perspectiva semântica direta com ordenação linguística inversa: causais
- perspectiva semântica inversa com ordenação linguística inversa: conclusivas
- perspectiva semântica inversa com ordenação linguística direta: explicativas

Espero, com isso, ter entendido ao menos uma possibilidade de critérios utilizados pelos autores da NGB para efetuarem essa diferenciação quaternária entre orações que

possuem, com suas respectivas orações principais, relação de causalidade. A meu ver, a nota da NGB a respeito das conjunções *que*, *porque* e equivalentes está incompleta e poderia ser complementada com algo do tipo: “De semelhante modo, as conjunções *então*, *portanto* e equivalentes ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se *conclusivas*; no segundo, *consecutivas*.”. Não que eu esteja defendendo uma posição em relação a coordenação e subordinação, porque venho fugindo recorrentemente desse debate neste trabalho, mas acho que a inserção do complemento que sugeri seria coerente com o conteúdo da nota a respeito de conjunções já existente na NGB.

Apesar dessas combinações possíveis serem quatro, os tipos de conjunção que aparecem nas relações de causalidade nos períodos compostos são apenas dois: consecutivo/conclusivo – representado por *então* – e causal/explicativo – representado por *porque*. Ou seja, temos quatro possibilidades de combinação entre perspectiva semântica e ordenação linguística e apenas dois paradigmas conjuncionais para preencher essas combinações. Como o sistema da língua portuguesa seleciona a conjunção correta para cada combinação?

É simples: se num período existe *alinhamento* entre perspectiva semântica e ordenação linguística, o paradigma conjuncional selecionado será o consecutivo/conclusivo e a conjunção paradigmática selecionada será *então*. Se num período existe *desalinhamento* entre perspectiva semântica e ordenação linguística, o paradigma conjuncional selecionado será o causal/explicativo e a conjunção paradigmática selecionada será *porque*.

Por *alinhamento* entenda-se *igualdade categorial* – das categorias *direta* e *inversa* – entre perspectiva semântica e ordenação linguística. Desse modo, se tanto a perspectiva semântica quanto a ordenação linguística possuírem, ambas, a mesma categoria – ambas são *diretas* ou ambas são *inversas* –, a conjunção paradigmática selecionada será *então*. Doutro modo, caso a perspectiva semântica e a ordenação linguística possuam categorias distintas – isto é, uma *direta* e a outra *inversa* –, a conjunção paradigmática selecionada será *porque*. Daí, temos:

- perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística DIRETA: *alinhamento*
- perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística INVERSA: *desalinhamento*
- perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística INVERSA: *alinhamento*
- perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística DIRETA: *desalinhamento*

Logo, a seleção da conjunção em cada caso será:

- perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística DIRETA: *então*
- perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística INVERSA: *porque*
- perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística INVERSA: *então*
- perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística DIRETA: *porque*

O quadro abaixo categoriza tudo que vimos na seção 2.4:

COMBINAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL ⁽¹⁵⁾	STATUS CATEGORIAL	CONJUNÇÃO SELECIONADA
Perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística DIRETA	oração consecutiva	alinhamento	então
Perspectiva semântica DIRETA com ordenação linguística INVERSA	oração causal	desalinhamento	porque
Perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística INVERSA	oração conclusiva	alinhamento	então
Perspectiva semântica INVERSA com ordenação linguística DIRETA	oração explicativa	desalinhamento	porque

QUADRO 01 - Seleção da conjunção

Como mencionado anteriormente, quem faz essa seleção é o sistema da língua portuguesa, de modo que o sistema possui dois paradigmas conjuncionais que ligam as orações nos quatro períodos possíveis que contêm relação de causalidade – períodos esses

¹⁵ Essa é a classificação tradicional da oração que possui a conjunção.

construídos a partir da combinação entre perspectiva semântica e ordenação linguística. Além disso, o sistema seleciona qual paradigma conjuncional utilizar em cada período de acordo com o *alinhamento* ou *desalinhamento* entre as categorias – *direta* ou *inversa* – de perspectiva semântica e ordenação linguística.

2.5 A LIMITAÇÃO DO SILOGISMO

HODGES escreve em seu livro LOGIC (2001, p.36):

Um *argumento*, no sentido que nos importa aqui, é o que a pessoa produz quando ele ou ela faz uma declaração e dá razões para se acreditar na declaração. A declaração em si é chamada a *conclusão* do argumento (embora possa perfeitamente vir no começo); as razões declaradas para se acreditar na conclusão são chamadas as premissas. (¹⁶)

Conquanto o sentido que nos importa neste trabalho possa ser, ao menos em alguma medida, diferente do sentido utilizado por HODGES, é notável que ele diga que a conclusão de um argumento pode aparecer no começo desse argumento. Disso interpreto que Hodges entende um argumento como um sistema possuidor de uma determinada quantidade de declarações que, mesmo que não estejam dispostas na “ordem preferível” de argumentação – primeiro o conjunto de premissas, depois o conjunto de conclusões –, ainda possuem entre si, dentro daquele sistema, as mesmas coerência e coesão que possuiriam se estivessem dispostas na “ordem preferível”.

2.5.1 Um problema aparente

O silogismo parece possuir uma limitação que a língua portuguesa não possui: ele só consegue representar, em sua estrutura, *a causa primeiro e a consequência depois*. Enquanto isso, a língua portuguesa consegue representar qualquer ordenação linguística: tanto *a causa primeiro e a consequência depois* quanto *a consequência primeiro e a causa depois*.

Como foi dito desde o capítulo 1, a premissa maior do silogismo está implícita no período composto. Além disso, como visto nos exemplos (3), (4) e (10) também do capítulo 1,

¹⁶ Tradução minha. O original está em inglês.

as premissas menores desses silogismos correspondem à oração principal de um período composto, e as conclusões desses silogismos correspondem a uma oração *subordinada adverbial consecutiva* de um período composto. Desse modo, é fácil observar a correspondência entre um silogismo e um período composto que contenha uma oração principal e uma oração consecutiva. Mas e quanto aos outros três tipos de oração – causal, conclusiva e explicativa – que também possuem relação de causalidade e este trabalho propôs-se a avaliar?

Logo, parece que um problema está posto na correspondência entre um período composto que contém relação de causalidade e um silogismo: enquanto o período composto consegue representar, em sua ordenação linguística, tanto *a causa primeiro e a consequência depois* quanto *a consequência primeiro e a causa depois*, o silogismo consegue representar, em sua estrutura, apenas *a causa primeiro e a consequência depois*.

Na verdade, não é isso que acontece. Esse problema é apenas aparente. Deixemos de lado a premissa maior, pois ela está implícita no período composto, e focalizemos a premissa menor e a conclusão. Já que temos quatro possibilidades de combinação entre perspectiva semântica e ordenação linguística, e, dentro dessas quatro possibilidades, duas possibilidades de *alinhamento* de categorias – ambas diretas ou ambas inversas – e duas possibilidades de *desalinhamento* de categorias – uma direta e a outra inversa –, temos dois formatos de silogismo, dos quais um representa as categorias em alinhamento e o outro representa as categorias em desalinhamento.

Assim sendo, quando há *alinhamento* categorial entre perspectiva semântica e ordenação linguística, o paradigma conjuncional selecionado é o consecutivo/conclusivo e a conjunção aparece na conclusão. Além disso, a premissa menor e a conclusão, quando as unimos, formam um período na *ordem tradicional direta*, segundo a seção 2.1.

De semelhante modo, quando há *desalinhamento* categorial entre perspectiva semântica e ordenação linguística, o paradigma conjuncional selecionado é o causal/explicativo e a conjunção aparece na premissa menor. Além disso, a premissa menor e a conclusão, quando as unimos, formam um período na *ordem tradicional inversa*, também segundo a seção 2.1.

Resumidamente, quando há *alinhamento*, a conjunção é *então*, permanece na conclusão, e o período formado na união entre premissa menor e conclusão aparece na *ordem tradicional direta*. Já quando há *desalinhamento*, a conjunção é *porque*, “sobe” para a

premissa menor, e o período formado na união entre premissa menor e conclusão aparece na *ordem tradicional inversa*. Tudo isso logo será exemplificado.

2.5.2 Uma breve nota

Acabamos de dizer que a alteração de posição da conjunção dentro do silogismo – ou seja, saindo da conclusão e se estabelecendo na premissa menor – ocorrerá junto à alteração do paradigma conjuncional e, por conseguinte, da própria conjunção. Mas qual é o motivo disso acontecer?

Existe um comportamento interessante (¹⁷) a respeito do que chamei neste trabalho de *ordem tradicional* do período, que nada mais é do que a oração principal vir antes da oração com a qual se relaciona quando temos *ordem direta* e a oração principal vir depois da oração com a qual se relaciona quando temos *ordem inversa*. Observa-se, dentre os seguintes períodos, que (22) não pode ser invertido, mas que (23) pode, isto é, enquanto (23') é um período normal, (22') é um período evidentemente agramatical:

(22) As passagens eram muito caras, *então* desistimos da viagem.

(23) Eduardo voltou para sua cidade *porque* não conseguiu emprego aqui.

(22') **Então* desistimos da viagem, as passagens eram muito caras.

(23') *Porque* não conseguiu emprego aqui, Eduardo voltou para sua cidade.

Não sei exatamente por que isso acontece. Noto que a conjunção *então*, que introduz uma oração que não pode ser invertida, só pode aparecer no terceiro enunciado do silogismo – na conclusão –, portanto, a ele está limitada. Isso indicaria mais ainda a correspondência entre silogismo e período composto que contém relação de causalidade pela semelhança da conjunção *então* só poder aparecer em uma posição de rosto específica tanto no silogismo quanto na oração.

Entretanto, é curioso o caso da conjunção *porque*. Na seção anterior, 2.5.1, considerei que ela está limitada ao segundo enunciado do silogismo – à premissa menor – porque considerar que essa conjunção pode aparecer na conclusão do silogismo é, ao que me parece, considerar que o significado das orações explicativas é o mesmo significado das orações

¹⁷ Observado pelo meu orientador neste trabalho, professor Marcus Vinicius Lunguinho, em uma de nossas reuniões de orientação.

causais, e vice-versa. Pode até ser que seja assim em alguma medida, mas creio ter elencado de forma suficiente na seção 2.2 os motivos pelos quais rejeito essa igualdade de interpretações.

Desse modo, a pergunta “Por que orações introduzidas por *porque* podem ser invertidas e orações introduzidas por *então* não podem?” permanece, para mim, sem resposta. Talvez a solução tenha a ver ainda com silogismo; contudo, se tiver, eu não consigo, neste momento, percebê-lo.

2.6 EXEMPLIFICAÇÃO:

Olhemos para os quatro períodos seguintes:

(15) Chove, então o chão está molhado.

(16) O chão está molhado porque chove.

(17) O chão está molhado, então chove.

(18) Chove, porque o chão está molhado.

A primeira coisa que nos deve saltar aos olhos é o fato de que todos eles estão ligados a uma premissa anterior a cada um deles e implícita em cada um deles: o fato de que a chuva faz com que o chão fique molhado. A primeira etapa tanto na produção quanto na interpretação de um período composto que possui relação de causalidade – seção 1.1.6 – é a pressuposição dessa relação de causalidade, seja ela qual for. Como seria absurdo supor que o fato do chão estar molhado faz com que chova – segundo o que foi discutido na seção 1.1.4 –, entendemos que esses quatro períodos baseiam-se no fato de que a chuva faz com que o chão fique molhado.

Isso significa que esses quatro períodos ligam-se à relação de causalidade “Se chove, então o chão está molhado” ou à sua equivalente, “O chão está molhado se chove”, e o fazem – cada um deles – por meio de um silogismo correspondente. Dizendo de outra forma: o que os quatro silogismos – que chamaremos de (15’), (16’), (17’) e (18’) – correspondentes a esses quatro períodos – (15), (16), (17) e (18) – têm em comum é o fato de os quatro compartilharem a mesma premissa maior, esteja ela na forma “Se chove, então o chão está molhado” (Se A, então B) ou na forma “O chão está molhado se chove” (B se A).

Além disso, como dito há pouco, esses silogismos aparecerão em duas formas diferentes. A conjunção – após a premissa maior – aparecerá ora na conclusão, ora na premissa menor. Na conclusão, a conjunção será *então*, e o período composto formado pela união entre premissa menor e conclusão aparecerá na *ordem tradicional direta*. Na premissa menor, a conjunção será *porque*, e o período composto formado pela união entre premissa menor e conclusão aparecerá na *ordem tradicional inversa*.

Representemos agora as quatro possibilidades de combinação entre perspectiva semântica e ordenação linguística que vimos ao longo deste capítulo e examinemos, por meio desse viés, a correspondência entre silogismo e período composto. Para ajudar nossa compreensão, a partir de agora e até o final deste capítulo, chamaremos de (b) a primeira oração dos quatro períodos (15), (16), (17) e (18) e a segunda oração desses mesmos períodos chamaremos de (c).

2.6.1 Perspectiva semântica direta e ordenação linguística direta

Não é difícil percebermos que (15) corresponde a (15’):

(15) Chove (b), então o chão está molhado (c).

(15’)	a. Se chove, então o chão está molhado	(premissa maior)
	b. Chove	(premissa menor)
	c. Então o chão está molhado	(conclusão)

De forma simplificada, dizer que (15) corresponde de (15’) significa dizer que (15) é construído e/ou interpretado a partir de (15’), ou que, na mente do usuário de língua portuguesa, (15) só faz sentido porque esse usuário acredita que (15’) é verdade. A tese deste trabalho é a de que existe uma íntima relação entre período composto – como (15) – e silogismo – como (15’) –, de modo que só é possível atribuir sentido ao período composto porque esse sentido pode ser retirado de um silogismo a ele correspondente. No meu entendimento, é exatamente isso que vemos tanto em (15) quanto nos demais períodos

analisados neste trabalho. Assim, podemos chegar a (15') a partir de (15) bem como podemos chegar a (15) a partir de (15') (¹⁸).

Olhamos para a situação descrita pelo período (15) de uma perspectiva semântica direta, ou seja, *da causa para a consequência*. Evidência disso é a forma lógica “Se A, então B” que escolhemos para definir a relação de causalidade em questão. Ademais, falamos primeiro da *causa* e depois falamos da *consequência*.

Como em (15) a perspectiva semântica é direta e a ordenação linguística é igualmente direta, esse *alinhamento* de categorias – ou seja, o fato de ambas serem *diretas* – seleciona a conjunção *então* e essa conjunção deve aparecer em (15'c), na conclusão. Além disso, quando os conteúdos da premissa menor e da conclusão de (15') são organizados para formar o período (15), produzem um período na ordem tradicional direta.

Numa explicação semântica que utilize o conceito de *dado disponível na realidade*, o período (15) é construído por alguém que vê a chuva e, embora, por hipótese, não veja o chão molhado, é capaz de concluir que o chão está molhado, e escolhe falar da chuva primeiro e do chão molhado depois.

2.6.2 Perspectiva semântica direta e ordenação linguística inversa

O silogismo correspondente ao período (16) é (16'):

(16) O chão está molhado (b) porque chove (c).

(16')	a. Se chove, então o chão está molhado	(premissa maior)
	b. Porque chove	(premissa menor)
	c. O chão está molhado	(conclusão)

Olhamos para a situação descrita pelo período (16) de uma perspectiva semântica direta, ou seja, *da causa para a consequência*. Evidência disso é a forma lógica “Se A, então B” que escolhemos para definir a relação de causalidade em questão. Contudo, apesar de

¹⁸ Destarte, se acreditamos em (15'a) e verificamos (15'b), concluímos (15'c) e, ocultando a premissa maior, somos capazes de montar o período (15) utilizando a premissa menor (15'b) e a conclusão (15'c). O caminho contrário também é possível: assumindo que *Chove* é a premissa menor, que *então o chão está molhado* é a conclusão, e que ambas orações são verdadeiras, conseguimos perceber que a premissa maior (15'a) também o é, e assim remontamos o silogismo e entendemos o significado do período (15).

olharmos primeiro para a causa e olharmos depois para a consequência, nesse período falamos primeiro da *consequência* e depois falamos da *causa*.

Como em (16) a perspectiva semântica é direta e a ordenação linguística é inversa, esse *desalinhamento* de categorias – ou seja, o fato de uma ser *direta* e a outra ser *inversa* – seleciona a conjunção *porque* e essa conjunção deve aparecer em (16'b), na premissa menor. Além disso, quando os conteúdos da premissa menor e da conclusão de (16') são organizados para formar o período (16), produzem um período na ordem tradicional inversa: “Porque chove, o chão está molhado”. Colocando esse período na ordem tradicional direta, temos “O chão está molhado porque chove”, exatamente o período (16). O que nos importa aqui, no fim das contas, é o período na ordem tradicional direta, ainda que tenhamos de utilizar a ordem tradicional inversa e convertê-lo.

Numa explicação semântica que utilize o conceito de *dado disponível na realidade*, o período (16) é construído por alguém que vê a chuva e, embora, por hipótese, não veja o chão molhado, é capaz de concluir que o chão está molhado, e escolhe falar do chão molhado primeiro e da chuva depois.

2.6.3 Perspectiva semântica inversa e ordenação linguística inversa

Em (17), nossa perspectiva semântica se inverte em relação a (15) e (16):

(17) O chão está molhado (b), então chove (c).

(17')	a. O chão está molhado se chove	(premissa maior)
	b. O chão está molhado	(premissa menor)
	c. Então chove	(conclusão)

O silogismo (17') evidencia isso. Antes, em (15) e (16), nós olhamos para a chuva e, a partir dela, inferimos o chão molhado. A partir de agora, tanto em (17) como em (18), nós olhamos para o chão molhado e, a partir dele, inferimos a chuva.

Em outras palavras, olhamos para a situação descrita pelo período (17) de uma perspectiva semântica inversa, ou seja, *da consequência para a causa*. Evidência disso é a forma lógica “B se A” que escolhemos para definir a relação de causalidade em questão. Ademais, falamos primeiro da consequência e depois falamos da causa.

Como em (17) a perspectiva semântica é inversa e a ordenação linguística é igualmente inversa, esse *alinhamento* de categorias – ou seja, o fato de ambas serem *inversas* – seleciona a conjunção *então* e essa conjunção deve aparecer em (17’c), na conclusão. Além disso, quando os conteúdos da premissa menor e da conclusão de (17’) são organizados para formar o período (17), produzem um período na ordem tradicional direta.

Numa explicação semântica que utilize o conceito de *dado disponível na realidade*, o período (17) é construído por alguém que vê o chão molhado e, embora, por hipótese, não veja a chuva, é capaz de concluir que chove, e escolhe falar do chão molhado primeiro e da chuva depois.

2.6.4 Perspectiva semântica inversa e ordenação linguística direta

Eis o período que, por tantas vezes, trouxe abaixo esquemas de análise falhos que passaram pelas páginas deste trabalho – e, por isso mesmo, recebeu a honra de batizá-lo – e seu silogismo correspondente:

(18) Chove (b), porque o chão está molhado (c).

(18’)	a. O chão está molhado se chove	(premissa maior)
	b. Porque o chão está molhado	(premissa menor)
	c. Chove	(conclusão)

Olhamos para a situação descrita pelo período (18) de uma perspectiva semântica inversa, ou seja, *da consequência para a causa*. Evidência disso é a forma lógica “B se A” que escolhemos para definir a relação de causalidade em questão. Contudo, apesar de olharmos primeiro para a consequência e olharmos depois para a causa, nesse período falamos primeiro da *causa* e depois falamos da *consequência*.

Como em (18) a perspectiva semântica é inversa e a ordenação linguística é direta, esse *desalinhamento* de categorias – ou seja, o fato de uma ser *inversa* e a outra ser *direta* – seleciona a conjunção *porque* e essa conjunção deve aparecer em (18’b), na premissa menor. Além disso, quando os conteúdos da premissa menor e da conclusão de (18’) são organizados para formar o período (18), produzem um período na ordem tradicional inversa: “Porque o

chão está molhado, chove”. Colocando esse período na ordem tradicional direta, temos “Chove, porque chão está molhado”, exatamente o período (18).

Numa explicação semântica que utilize o conceito de *dado disponível na realidade*, o período (18) é construído por alguém que vê o chão molhado e, embora, por hipótese, não veja a chuva, é capaz de concluir que chove, e escolhe falar da chuva primeiro e do chão molhado depois.

CAPÍTULO 3 – QUADROS-MATRIZES

Este capítulo conterà quadros-matrizes que, pelo menos em grande parte, são autoexplicativos e alinham, de forma didática, os quatro tipos de oração aqui analisados. Quando algum tipo de explicação for necessária, ela será feita na própria página do quadro. Por meio desses quadros-matrizes, é fácil construir, a partir do momento que se sabe o que é causa e o que é consequência numa relação de causalidade, os quatro tipos de oração analisados neste trabalho que correspondem às quatro combinações possíveis entre perspectiva semântica e ordenação linguística.

3.1 A FÓRMULA DO PERÍODO

A fórmula do período, que aparece na seção 2.2.1 e nos quadros deste capítulo, nada mais é do que um modo de relacionar *causa* e *consequência* à conjunção adequada para cada combinação – entre perspectiva semântica e ordenação linguística – utilizada. A fórmula carrega uma intenção didática e, nela, pausas aparecem. Cabe comentá-las rapidamente.

3.1.1 O uso da pausa

Vimos que existem quatro combinações possíveis entre as duas possibilidades da perspectiva semântica e as duas possibilidades da ordenação linguística no período. A pausa (interrupção na fala; vírgula ou ponto e vírgula na escrita) me parece ser optativa em uma dessas combinações e obrigatória nas outras três. Como já foi dito, CARONE (p.60) defende que a conjunção pertence, em um período composto por duas orações organizadas na ordem tradicional direta, à segunda oração. Ela afirma também (p.22) que a pausa que antecede orações adversativas, conclusivas e explicativas é forte, enquanto a pausa que antecede orações aditivas e alternativas é “quase imperceptível ao ouvido”.

Novamente, deixo de lado o debate: as alterações efetuadas nos períodos pelas pausas são um fenômeno que não me parece tão simples de descrever, ainda mais se considerarmos que elas possuem também um efeito estilístico. Contudo, desconheço qualquer autor, professor ou gramático de língua portuguesa que defenda a possibilidade de as orações tradicionalmente classificadas como conclusivas e explicativas figurarem sem pausa. Eu mesmo, igualmente, rejeito essa possibilidade, como explicado na seção 2.2.1.1. Além disso, parece claro que a classe da conjunção utilizada também influencia no aparecimento da

pausa: orações consecutivas e conclusivas são mais receptivas às pausas do que orações causais e explicativas.

Portanto, sem explorar o debate a respeito da pausa – por exemplo, se ela influencia e representa ou não fenômenos linguísticos como coordenação e subordinação –, compartilho, na tabela a seguir, não o aparato conceitual em relação à presença de vírgula nos tipos de período escrito aqui trabalhados – períodos sindéticos compostos por duas orações desenvolvidas entre as quais existe relação de causalidade –, mas sim minha intuição de usuário da língua portuguesa e a impressão que desenvolvi empiricamente, ou seja, por meio da leitura de diversos exemplos de variados autores:

<i>então</i>	<i>porque</i>
<p>[CONSECUTIVAS]</p> <p>com vírgula imediatamente anterior à conjunção</p> <p>ou</p> <p>com ponto e vírgula imediatamente anterior à conjunção e vírgula imediatamente posterior à conjunção (estilística)</p>	<p>[CAUSAIS]</p> <p>sem vírgula</p> <p>ou</p> <p>com vírgula imediatamente anterior à conjunção (estilística)</p>
<p>[CONCLUSIVAS]</p> <p>com vírgula imediatamente anterior à conjunção (estilística)</p> <p>ou</p> <p>com ponto e vírgula imediatamente anterior à conjunção e vírgula imediatamente posterior à conjunção</p>	<p>[EXPLICATIVAS]</p> <p>apenas com vírgula imediatamente anterior à conjunção</p>

QUADRO 02 - Vírgulas

Alguns exemplos, baseados nas orações trabalhadas no final do capítulo anterior, serão desenvolvidos a seguir e ilustrarão o quadro acima, começando pelas orações consecutivas:

- (15) a. *Chove então o chão está molhado.
 b. Chove, então o chão está molhado.
 c. Chove; então, o chão está molhado.

Por mais que (15c) me cause um pouco de estranheza, ele não me parece um período agramatical – lembrando que estou compartilhando apenas minha intuição de usuário da língua portuguesa e a impressão que desenvolvi ao longo do tempo acerca de períodos que possuem relação de causalidade. Ele possui “mais pausas do que o normal”, mas é aceitável. Já (15a) me parece inexistente: rejeito a possibilidade desse período ser produzido ou assimilado – na língua oral ou na língua escrita – de forma tão direta e não pausada. Entendo que a pausa é uma propriedade inerente ao paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo. O período (15b) me parece o mais natural para as orações consecutivas. Vejamos as causais:

- (16) a. O chão está molhado porque chove.
b. O chão está molhado, porque chove.
c. *O chão está molhado; porque, chove.

Enquanto (16a) é o mais natural, (16b) possui uma pausa “dramática” – um uso estilístico da pausa (que, como dito na seção 2.2.1.1, é muito bem-vindo) – e (16c) é agramatical, porque o paradigma conjuncional causal/explicativo não admite pausa após a conjunção. Prossigamos para as orações conclusivas:

- (17) a. *O chão está molhado então chove.
b. O chão está molhado, então chove.
c. O chão está molhado; então, chove.

De modo semelhante a (15a), (17a) necessita de uma pausa. O uso mais natural é (17c), porque penso terem as orações conclusivas uma pausa maior que as consecutivas. Desse modo, (17b) é um aceitável uso estilístico, que, nesse caso, possui mais celeridade que o uso natural. Finalmente, as explicativas:

- (18) a. *Chove porque o chão está molhado.
b. Chove, porque o chão está molhado.
c. *Chove; porque, o chão está molhado.

O período (18c) é agramatical pelo mesmo motivo por que (16c) o é, mas o que dizer de (18a)? Este período só é possível se, na relação de causalidade nele contida, a *causa* for *o chão molhado* e a *consequência* for *a chuva*, como discutido nas seções 1.1.4 e 2.2.1.1; nesse

caso, a conjunção introduzirá uma oração *causal* e não uma oração *explicativa*. Doutro modo, se a relação de causalidade for a costumeira – ou seja, se a *causa* for *a chuva* e a *consequência* for *o chão molhado* – o uso explicativo da vírgula é obrigatório, como em (18b).

Prossigamos agora aos quadros-matrizes.

Os quadros-matrizes a seguir devem ser lidos linha por linha. Por exemplo, na linha do número 1 do quadro abaixo, lê-se: A PREMISSA MAIOR “Se A, então B”, que produz a PERSPECTIVA SEMÂNTICA “de A para B”, combinada com a ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA “*primeiro A, depois B*”, seleciona a CONJUNÇÃO “então” e utiliza a fórmula “A, então B”. Já na linha do número 2, lê-se: A PREMISSA MAIOR “Se A, então B”, que produz a PERSPECTIVA SEMÂNTICA “de A para B”, combinada com a ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA “*primeiro B, depois A*”, seleciona a CONJUNÇÃO “porque” e utiliza a fórmula “B porque A”. E assim por diante. O quadro-matriz a seguir mostra, por etapas, o raciocínio por trás da construção de um período composto que possui relação de causalidade chamando a causa de A e a consequência de B.

A = causa / B = consequência

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA
1	A	Se A, então B	que produz a	de A para B	combinada com a	<i>primeiro A, depois B</i>	seleciona a	então	e utiliza a	A, então B
2	A	Se A, então B	que produz a	de A para B	combinada com a	<i>primeiro B, depois A</i>	seleciona a	porque	e utiliza a	B porque A
3	A	B se A	que produz a	de B para A	combinada com a	<i>primeiro B, depois A</i>	seleciona a	então	e utiliza a	B, então A
4	A	B se A	que produz a	de B para A	combinada com a	<i>primeiro A, depois B</i>	seleciona a	porque	e utiliza a	A, porque B

QUADRO 03 - Matriz A e B

Resumidamente:

(1) Quando se está pensando *de A para B* e se fala primeiro de A, utiliza-se a fórmula “A, então B”.

- (2) Quando se está pensando *de A para B* e se fala primeiro de B, utiliza-se a fórmula “B porque A”.
- (3) Quando se está pensando *de B para A* e se fala primeiro de B, utiliza-se a fórmula “B, então A”.
- (4) Quando se está pensando *de B para A* e se fala primeiro de A, utiliza-se a fórmula “A, porque B”.

Assim sendo, percebemos, como demonstrado na seção 2.4, que é a congruência categorial entre a *perspectiva semântica* e a *ordenação linguística* que seleciona a conjunção. Se temos alinhamento entre as duas, a conjunção selecionada é *então*. Se temos desalinhamento entre as duas, a conjunção selecionada é *porque*.

Dizendo de outro modo: se a nossa perspectiva é de A para B e a primeira oração do período contém A, a conjunção selecionada é *então*. Contudo, se a nossa perspectiva é de A para B e a primeira oração do período contém B, a conjunção selecionada é *porque*.

Dessa forma, se a nossa perspectiva é de B para A e a primeira oração do período contém B, a conjunção selecionada é *então*. Por conseguinte, se a nossa perspectiva é de B para A e a primeira oração do período contém A, a conjunção selecionada é *porque*.

Não é difícil perceber que as variáveis A e B do quadro 03 podem ser substituídas por quaisquer conteúdos informacionais que possuam entre si relação de causa de causalidade, de modo que o quadro-matriz produzirá, sistematicamente, períodos – que contenham relação de causalidade – de acordo com as possibilidades da língua portuguesa de construção de relação de causalidade nesse ambiente específico – a saber, períodos sindéticos desenvolvidos formados por apenas duas orações. Tal é a função dos quadros-matrizes.

O quadro-matriz a seguir, em vez de utilizar as variáveis A e B, utiliza as variáveis *causa* e *consequência*. De modo semelhante ao quadro 03, o quadro 04 a seguir pode ter suas variáveis substituídas por quaisquer conteúdos informacionais que possuam entre si relação de causa de causalidade, de modo que o quadro-matriz produzirá, sistematicamente, períodos – que contenham relação de causalidade – de acordo com as possibilidades da língua portuguesa de construção de relação de causalidade nesse ambiente específico – a saber, períodos sindéticos desenvolvidos formados por apenas duas orações. Vejamos o quadro:

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA
1	A	Se <i>causa</i> , então <i>consequência</i>	que produz a	de <i>causa</i> para <i>consequência</i>	combinada com a	<i>primeiro causa, depois</i> <i>consequência</i>	seleciona a	então	e utiliza a	<i>Causa, então</i> <i>consequência</i>
2	A	Se <i>causa</i> , então <i>consequência</i>	que produz a	de <i>causa</i> para <i>consequência</i>	combinada com a	<i>primeiro consequência,</i> <i>depois causa</i>	seleciona a	porque	e utiliza a	<i>Consequência</i> porque <i>causa</i>
3	A	<i>Consequência se</i> <i>causa</i>	que produz a	de <i>consequência</i> para <i>causa</i>	combinada com a	<i>primeiro consequência,</i> <i>depois causa</i>	seleciona a	então	e utiliza a	<i>Consequência, então</i> <i>causa</i>
4	A	<i>Consequência se</i> <i>causa</i>	que produz a	de <i>consequência</i> para <i>causa</i>	combinada com a	<i>primeiro causa, depois</i> <i>consequência</i>	seleciona a	porque	e utiliza a	<i>Causa, porque</i> <i>consequência</i>

QUADRO 04 - Matriz causa e consequência

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *da causa para a consequência* e se fala primeiro da *causa*, utiliza-se a fórmula “*Causa, então consequência*”.
- (2) Quando se está pensando *da causa para a consequência* e se fala primeiro da *consequência*, utiliza-se a fórmula “*Consequência porque causa*”.

(3) Quando se está pensando *da consequência para a causa* e se fala primeiro da *consequência*, utiliza-se a fórmula “*Consequência, então causa*”.

(4) Quando se está pensando *da consequência para a causa* e se fala primeiro da *causa*, utiliza-se a fórmula “*Causa, porque consequência*”.

Assim sendo, reforçamos a conclusão de que é a congruência categorial entre a *perspectiva semântica* e a *ordenação linguística* que seleciona a conjunção. Se temos alinhamento entre as duas, a conjunção selecionada é *então*. Se temos desalinhamento entre as duas, a conjunção selecionada é *porque*.

Dizendo de outro modo: se a nossa perspectiva é *da causa para a consequência* e a primeira oração do período contém a causa, a conjunção selecionada é *então*. Contudo, se a nossa perspectiva é *da causa para a consequência* e a primeira oração do período contém a consequência, a conjunção selecionada é *porque*.

Dessa forma, se a nossa perspectiva é *da consequência para a causa* e a primeira oração do período contém a consequência, a conjunção selecionada é *então*. Por conseguinte, se a nossa perspectiva é *da consequência para a causa* e a primeira oração do período contém a causa, a conjunção selecionada é *porque*.

Iniciemos agora a utilização dos quadros-matrizes na construção de períodos compostos que contenham relações de causalidade reais. Começaremos pela relação de causalidade mais utilizada neste trabalho: “Se <chuva>, então <chão molhado>”. Por <chuva>, devemos entender qualquer oração que centralize o conteúdo informacional da chuva, por exemplo: *chove; está chovendo; vai chover; choveu muito essa noite*; e assim por diante. Da mesma forma, por <chão molhado>, devemos entender qualquer oração que centralize o conteúdo informacional do chão molhado, por exemplo: *o chão está molhado; o chão vai ficar molhado; o chão ficou muito molhado essa noite*; e assim por diante. Obviamente, não é aceitável uma combinação de formas em que esses conteúdos informacionais aparecem na qual a causa não anteceda temporalmente a consequência, como no exemplo “Amanhã choverá, então o chão está molhado”, e como foi discutido na seção 1.2.1.1. O mesmo valerá para quaisquer conteúdos informacionais utilizados nos próximos quadros-matrizes. Outra observação é: já que agora temos conteúdo informacional, o quadro-matriz terá uma coluna que gerará uma oração de exemplo.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'chuva', então 'chão molhado'	que produz a	de 'chuva' para 'chão molhado'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'chão molhado'	seleciona a	então	utiliza a	'chuva', então 'chão molhado'	e gera a	Chove, então o chão está molhado
2	A	Se 'chuva', então 'chão molhado'	que produz a	de 'chuva' para 'chão molhado'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chão molhado', <i>depois</i> 'chuva'	seleciona a	porque	utiliza a	'chão molhado' porque 'chuva'	e gera a	O chão está molhado porque chove
3	A	'chão molhado' se 'chuva'	que produz a	de 'chão molhado' para 'chuva'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chão molhado', <i>depois</i> 'chuva'	seleciona a	então	utiliza a	'chão molhado', então 'chuva'	e gera a	O chão está molhado, então chove
4	A	'chão molhado' se 'chuva'	que produz a	de 'chão molhado' para 'chuva'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'chão molhado'	seleciona a	porque	utiliza a	'chuva', porque 'chão molhado'	e gera a	Chove, porque o chão está molhado

QUADRO 05 - Matriz <chuva> e <chão molhado>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'chão molhado'* e se fala primeiro de *'chuva'*, utiliza-se a fórmula “ *'chuva', então 'chão molhado'* ”.
- (2) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'chão molhado'* e se fala primeiro de *'chão molhado'*, utiliza-se a fórmula “ *'chão molhado' porque 'chuva'* ”.

(3) Quando se está pensando *de 'chão molhado' para 'chuva'* e se fala primeiro de *'chão molhado'*, utiliza-se a fórmula “ *'chão molhado'*, então *'chuva'* ”.

(4) Quando se está pensando *de 'chão molhado' para 'chuva'* e se fala primeiro de *'chuva'*, utiliza-se a fórmula “ *'chuva'*, porque *'chão molhado'* ”.

Como se pode notar, a linha número 1 produz um período cuja segunda oração é consecutiva; a linha número 2, um período cuja segunda oração é causal; a linha número 3, um período cuja segunda oração é conclusiva; a linha número 4, um período cuja segunda oração é explicativa. Assim será também com os quadros seguintes.

Façamos o mesmo com a relação de causalidade “Se <Maria sair>, então <luz apagada> ”, que atesta a relação entre a luz da casa de Maria estar apagada e o fato de Maria não estar em casa, também retirada de RODRIGUES (p.546). Ora, quando Maria sai de casa, ela apaga a luz, por isso <Maria sair> causa <luz apagada>.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'Maria sair', então 'luz apagada'	que produz a	de 'Maria sair' para 'luz apagada'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'Maria sair', <i>depois</i> 'luz apagada'	seleciona a	então	utiliza a	'Maria sair', então 'luz apagada'	e gera a	Maria saiu, então a luz está apagada
2	A	Se 'Maria sair', então 'luz apagada'	que produz a	de 'Maria sair' para 'luz apagada'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'luz apagada', <i>depois</i> 'Maria sair'	seleciona a	porque	utiliza a	'luz apagada' porque 'Maria sair'	e gera a	A luz está apagada porque Maria saiu
3	A	'luz apagada' se	que	de 'luz apagada'	combinada	<i>primeiro</i> 'luz	seleciona	então	utiliza	'luz apagada',	e	A luz está

		'Maria sair'	produz a	para 'Maria sair'	com a	apagada', <i>depois</i> 'Maria sair'	a		a	então 'Maria sair'	gera a	apagada, então Maria saiu
4	A	'luz apagada' se 'Maria sair'	que produz a	de 'luz apagada' para 'Maria sair'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'Maria sair', <i>depois</i> 'luz apagada'	seleciona a	porque	utiliza a	'Maria sair', porque 'luz apagada'	e gera a	Maria saiu, porque a luz está apagada

QUADRO 06 - Matriz <Maria sair> e <luz apagada>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *de 'Maria sair' para 'luz apagada'* e se fala primeiro de *'Maria sair'*, utiliza-se a fórmula “ *'Maria sair'*, então *'luz apagada'* ”.
- (2) Quando se está pensando *de 'Maria sair' para 'luz apagada'* e se fala primeiro de *'luz apagada'*, utiliza-se a fórmula “ *'luz apagada'* porque *'Maria sair'* ”.
- (3) Quando se está pensando *de 'luz apagada' para 'Maria sair'* e se fala primeiro de *'luz apagada'*, utiliza-se a fórmula “ *'luz apagada'*, então *'Maria sair'* ”.
- (4) Quando se está pensando *de 'luz apagada' para 'Maria sair'* e se fala primeiro de *'Maria sair'*, utiliza-se a fórmula “ *'Maria sair'*, porque *'luz apagada'* ”.

Para mostrar que o quadro-matriz é capaz de descrever qualquer relação de causalidade se definirmos o que é causa e o que é consequência, ainda que essa relação não seja real, utilizemos agora a relação de causalidade “Se <chão molhado>, então <chuva>”, mencionada na seção 1.1.4. Essa relação de causalidade diz que, por algum motivo, se o chão fica molhado, começa a chover. Ela é o inverso da que temos utilizado em todo este trabalho, “Se <chuva>, então <chão molhado>”.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'chão molhado', então 'chuva'	que produz a	de 'chão molhado' para 'chuva'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chão molhado', <i>depois</i> 'chuva'	seleciona a	então	utiliza a	'chão molhado', então 'chuva'	e gera a	O chão está molhado, então chove
2	A	Se 'chão molhado', então 'chuva'	que produz a	de 'chão molhado' para 'chuva'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'chão molhado'	seleciona a	porque	utiliza a	'chuva' porque 'chão molhado'	e gera a	Chove porque o chão está molhado
3	A	'chuva' se 'chão molhado'	que produz a	de 'chuva' para 'chão molhado'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'chão molhado'	seleciona a	então	utiliza a	'chuva', então 'chão molhado'	e gera a	Chove, então o chão está molhado
4	A	'chuva' se 'chão molhado'	que produz a	de 'chuva' para 'chão molhado'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chão molhado', <i>depois</i> 'chuva'	seleciona a	porque	utiliza a	'chão molhado', porque 'chuva'	e gera a	O chão está molhado, porque chove

QUADRO 07 - Matriz <chão molhado> e <chuva>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *de 'chão molhado' para 'chuva'* e se fala primeiro de *'chão molhado'*, utiliza-se a fórmula “ *'chão molhado', então 'chuva'* ”.
- (2) Quando se está pensando *de 'chão molhado' para 'chuva'* e se fala primeiro de *'chuva'*, utiliza-se a fórmula “ *'chuva' porque 'chão molhado'* ”.
- (3) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'chão molhado'* e se fala primeiro de *'chuva'*, utiliza-se a fórmula “ *'chuva', então 'chão molhado'* ”.

(4) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'chão molhado'* e se fala primeiro de *'chão molhado'*, utiliza-se a fórmula “ *'chão molhado'*, porque *'chuva'* ”.

As orações do quadro-matriz acima podem facilmente dar um nó na cabeça. Isso acontece se lermo-las como se a relação de causalidade fosse “Se <chuva>, então <chão molhado>”, e não “Se <chão molhado>, então <chuva>”. Contudo, se mantivermos em mente qual é a definição da relação de causalidade em questão, veremos que as orações fazem perfeito sentido.

RODRIGUES (p.549) aponta estes dois períodos propostos por COLAÇO e MATOS: “Hoje nevou, porque a temperatura desceu abaixo dos 0° ” e “Hoje nevou porque a temperatura desceu abaixo dos 0° ”. Tenho certa dificuldade na hora de classificá-los justamente porque não sei definir quem é causa e quem é consequência na relação de causalidade entre <neve> e <queda de temperatura>. É a queda da temperatura que faz nevar ou é a neve que faz a temperatura cair? De fato, não sei nem dizer se a relação entre <neve> e <queda de temperatura> é uma relação de causalidade, pois me parece bem possível que seja uma relação de simultaneidade em que uma coisa acontece por causa da outra e vice-versa, de modo que um evento não antecede o outro. Coloquemos então, num quadro-matriz, a relação de causalidade “Se <neve>, então <queda de temperatura>”.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'neve', então 'queda de temperatura'	que produz a	de 'neve' para 'queda de temperatura'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'neve', <i>depois</i> 'queda de temperatura'	seleciona a	então	utiliza a	'neve', então 'queda de temperatura'	e gera a	Nevou, então a temperatura caiu
2	A	Se 'neve', então 'queda de	que produz	de 'neve' para 'queda de	combinada com a	<i>primeiro</i> 'queda de temperatura',	seleciona a	porque	utiliza a	'queda de temperatura'	e gera	A temperatura caiu porque

		temperatura'	a	temperatura'		<i>depois</i> 'neve'				porque 'neve'	a	nevou
3	A	'queda de temperatura' se 'neve'	que produz a	de 'queda de temperatura' para 'neve'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'queda de temperatura' , <i>depois</i> 'neve'	seleciona a	então	utiliza a	'queda de temperatura', então 'neve'	e gera a	A temperatura caiu, então nevou
4	A	'queda de temperatura' se 'neve'	que produz a	de 'queda de temperatura' para 'neve'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'neve' , <i>depois</i> 'queda de temperatura'	seleciona a	porque	utiliza a	'neve', porque 'queda de temperatura'	e gera a	Novou, porque a temperatura caiu

QUADRO 08 - Matriz <neve> e <queda de temperatura>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *de 'neve' para 'queda de temperatura'* e se fala primeiro de 'neve', utiliza-se a fórmula “ ‘neve’, então ‘queda de temperatura’ ”.
- (2) Quando se está pensando *de 'neve' para 'queda de temperatura'* e se fala primeiro de 'queda de temperatura', utiliza-se a fórmula “ ‘queda de temperatura’ porque ‘neve’ ”.
- (3) Quando se está pensando *de 'queda de temperatura' para 'neve'* e se fala primeiro de 'queda de temperatura', utiliza-se a fórmula “ ‘queda de temperatura’, então ‘neve’ ”.
- (4) Quando se está pensando *de 'queda de temperatura' para 'neve'* e se fala primeiro de 'neve', utiliza-se a fórmula “ ‘neve’, porque ‘queda de temperatura’ ”.

Coloquemos também, num quadro-matriz, a relação de causalidade inversa à que acabamos de utilizar: “Se <queda de temperatura>, então <neve>”.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'queda de temperatura', então 'neve'	que produz a	de 'queda de temperatura' para 'neve'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'queda de temperatura', <i>depois</i> 'neve'	seleciona a	então	utiliza a	'queda de temperatura', então 'neve'	e gera a	A temperatura caiu, então nevou
2	A	Se 'queda de temperatura', então 'neve'	que produz a	de 'queda de temperatura' para 'neve'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'neve', <i>depois</i> 'queda de temperatura'	seleciona a	porque	utiliza a	'neve' porque 'queda de temperatura'	e gera a	Nevou porque a temperatura caiu
3	A	'neve' se 'queda de temperatura'	que produz a	de 'neve' para 'queda de temperatura'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'neve', <i>depois</i> 'queda de temperatura'	seleciona a	então	utiliza a	'neve', então 'queda de temperatura'	e gera a	Nevou, então a temperatura caiu
4	A	'neve' se 'queda de temperatura'	que produz a	de 'neve' para 'queda de temperatura'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'queda de temperatura', <i>depois</i> 'neve'	seleciona a	porque	utiliza a	'queda de temperatura', porque 'neve'	e gera a	A temperatura caiu, porque nevou

QUADRO 09 - Matriz <queda de temperatura> e <neve>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando de 'queda de temperatura' para 'neve' e se fala primeiro de 'queda de temperatura', utiliza-se a fórmula “ 'queda de temperatura', então 'neve' ”.
- (2) Quando se está pensando de 'queda de temperatura' para 'neve' e se fala primeiro de 'neve', utiliza-se a fórmula “ 'neve' porque 'queda de temperatura' ”.
- (3) Quando se está pensando de 'neve' para 'queda de temperatura' e se fala primeiro de 'neve', utiliza-se a fórmula “ 'neve', então 'queda de temperatura' ”.
- (4) Quando se está pensando de 'neve' para 'queda de temperatura' e se fala primeiro de 'queda de temperatura', utiliza-se a fórmula “ 'queda de temperatura', porque 'neve' ”.

Coloquemos as orações geradas pelos dois últimos quadros-matrizes lado a lado:

CLASSIFICAÇÃO DA SEGUNDA ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE “Se <neve>, então <queda de temperatura> ”	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE “Se <queda de temperatura>, então <neve>”
<i>consecutiva</i>	Nevou, então a temperatura caiu	A temperatura caiu, então nevou
<i>causal</i>	A temperatura caiu porque nevou	Nevou porque a temperatura caiu
<i>conclusiva</i>	A temperatura caiu, então nevou	Nevou, então a temperatura caiu
<i>explicativa</i>	Nevou, porque a temperatura caiu	A temperatura caiu, porque nevou

QUADRO 10 - Comparação entre quadro 8 e quadro 9

Não é difícil perceber, no quadro acima, a semelhança (ou igualdade) entre orações consecutivas e conclusivas e entre orações causais e explicativas. Essa homogenia advém, obviamente, da paridade entre as relações de causalidade a partir das quais os períodos em questão são construídos. Por isso, a definição da relação de causalidade é o pressuposto fundamental no qual nos baseamos tanto para construir quanto para interpretar períodos que possuam relação de causalidade entre as orações que os compõem.

Batizei esse sistema de quadro-matriz por entender que, dados quaisquer dois conteúdos informacionais entre os quais um é causa e outro é consequência, se cada um deles estiver na forma de oração desenvolvida, a matriz é capaz de construir, passo a passo, quatro tipos de períodos que demonstrem a relação de causalidade entre essa causa e essa consequência. Contudo, o quadro-matriz mostrou-se incapaz de construir orações conclusivas e explicativas (respectivamente, as linhas 3 e 4 no quadro-matriz) quando o conteúdo informacional da consequência vem em forma de ordem/pedido. Refiro-me ao exemplo de RODRIGUES (p.553) “Feche a janela, porque está chovendo”. A definição dessa relação de causalidade será “Se <chuva>, então <feche a janela>”. Vejamos o que o quadro-matriz consegue produzir e o que não consegue.

		PREMISSA MAIOR		PERSPECTIVA SEMÂNTICA		ORDENAÇÃO LINGUÍSTICA		CONJUNÇÃO		FÓRMULA		ORAÇÃO
1	A	Se 'chuva', então 'feche a janela'	que produz a	de 'chuva' para 'feche a janela'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'feche a janela'	seleciona a	então	utiliza a	'chuva', então 'feche a janela'	e gera a	Está chovendo, então feche a janela
2	A	Se 'chuva', então 'feche a janela'	que produz a	de 'chuva' para 'feche a janela'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'feche a janela', <i>depois</i> 'chuva'	seleciona a	porque	utiliza a	'feche a janela' porque 'chuva'	e gera a	Feche a janela porque está chovendo
3	A	'feche a janela'	que	de 'feche a janela'	combinada	<i>primeiro</i> 'feche a	seleciona	então	utiliza	'feche a janela',	e	Feche a janela,

		se 'chuva'	produz a	para 'chuva'	com a	janela', <i>depois</i> 'chuva'	a		a	então 'chuva'	gera a	então está chovendo
4	A	'feche a janela' se 'chuva'	que produz a	de 'feche a janela' para 'chuva'	combinada com a	<i>primeiro</i> 'chuva', <i>depois</i> 'feche a janela'	seleciona a	porque	utiliza a	'chuva', porque 'feche a janela'	e gera a	Está chovendo, porque feche a janela

QUADRO 11 - Matriz <chuva> e ordem/pedido <fechar a porta>

Resumidamente:

- (1) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'feche a janela'* e se fala primeiro de '*chuva*', utiliza-se a fórmula “ '*chuva*', então '*feche a janela*' ”.
- (2) Quando se está pensando *de 'chuva' para 'fechar a janela'* e se fala primeiro de '*feche a janela*', utiliza-se a fórmula “ '*feche a janela*' porque '*chuva*' ”.
- (3) Quando se está pensando *de 'feche a janela' para 'chuva'* e se fala primeiro de '*feche a janela*', utiliza-se a fórmula “ '*feche a janela*', então '*chuva*' ”.
- (4) Quando se está pensando *de 'feche a janela' para 'chuva'* e se fala primeiro de '*chuva*', utiliza-se a fórmula “ '*chuva*', porque '*feche a janela*' ”.

Os períodos produzidos nas linhas número 1 e número 2 são bons: tanto “Está chovendo, então feche a janela” quanto “Feche a janela porque está chovendo” são perfeitamente compreensíveis. O período de RODRIGUES pode ser interpretado como o período da linha número 2 que utiliza a opção estilística da vírgula. A meu ver, os períodos “Feche a janela porque está chovendo” e “Feche a janela, porque está chovendo” possuem o mesmo sentido. Entretanto, os períodos produzidos nas linhas de número 3 e 4, “Feche a janela, então está chovendo” e “Está chovendo, porque feche a janela” são evidentemente agramaticais, não possuem sentido algum.

O sentido pode facilmente retornar a esses períodos caso deles se tire a noção de ordem/pedido, como em “Fecharam a janela, então está chovendo” e “Está chovendo, porque fecharam a janela”, perfeitos períodos conclusivo e explicativo, respectivamente. Talvez isso mostre que a análise de orações em pares como *de re* e *de dicto*, *enunciado* e *enunciação*, *causalidade direta* e *causalidade indireta* não é desprezível, embora eu não consiga perceber, nesse tipo de análise, um acréscimo interpretativo quando se compara esses métodos a uma análise mais sistemática como o quadro-matriz. É relevante notar, ainda, que uma oração como a segunda do período “Feche a janela, porque está chovendo” é tipicamente classificada como uma oração explicativa, enquanto, no quadro-matriz, ela é classificada como uma oração causal com vírgula.

Já que, quando a consequência pertencente a uma relação de causalidade possui forma de ordem/pedido, a análise *de re / de dicto* classifica como explicativa a oração que, no quadro matriz, é causal, isso indicaria que a análise *de re / de dicto* pode ser aplicada, em algum contexto, a uma oração conclusiva que o quadro-matriz classificaria como consecutiva? Além disso, seria possível construir um período que contivesse relação de causalidade cuja causa estivesse na forma de ordem/pedido? Por último, seria possível um período em que tanto causa quanto consequência estivessem na forma de ordem/pedido? Façamos alguns testes para tentar responder a essas questões.

- (31) Está chovendo, então feche a janela.
- (31') Feche a janela, porque está chovendo.
- (32) Estude bastante, então passará na prova.
- (32') *Passará na prova, porque estude bastante.
- (33) **Fique quieto, então não faça mais bagunça.
- (33') *Não faça mais bagunça, porque fique quieto.

A meu ver, embora eu a classifique como *consecutiva*, a segunda oração do período (31) seria tradicionalmente classificada como *conclusiva*. Além disso, como já foi dito, a segunda oração de (31') é tradicionalmente classificada como *explicativa* enquanto eu a classifico

como *causal* (com vírgula estilística). Em ambas, a *consequência* da relação de causalidade “Se <chuva>, então <feche a janela>” está em forma de ordem/pedido.

E no caso da *causa* estar em forma de ordem/pedido? Tomemos a relação de causalidade “Se <estude>, então <aprovação>”. Nesse caso, (32) é possível se a consequência estiver no futuro do presente do indicativo, já que a ordem/o pedido funciona como um elemento condicionante, com significado análogo a “Se você estudar bastante”. Contudo, é impossível que a *causa* esteja simultaneamente com a forma de ordem/pedido e na segunda oração do período; (32') é evidentemente agramatical.

Certamente é possível que exista a seguinte relação de causalidade: “Se <fique quieto>, então <não fazer bagunça>”. Não tenho certeza, no entanto, se em (33) essa relação realmente existe ou se *então* tem apenas o sentido aditivo de *e*. Utilizei ** para evidenciar essa dúvida. Já (33'), assim como (32'), é agramatical porque é impossível que a *causa* esteja simultaneamente com a forma de ordem/pedido e na segunda oração do período.

CONCLUSÃO

Utilizarei esta conclusão como uma espécie de resumo estendido de tudo que foi dito até aqui. É necessário lembrar que a proposta deste trabalho é analisar as relações de causa e consequência presentes em períodos sindéticos compostos por duas orações desenvolvidas em língua portuguesa, não períodos assindéticos, nem períodos compostos por mais de duas orações, nem períodos que contenham uma oração reduzida ou mais, nem períodos em outras línguas (p.9).

O paradigma conjuncional representativo das orações consecutivas utilizado neste trabalho difere do utilizado pela maioria dos gramáticos consultados – e, suponho, do utilizado pela maioria dos gramáticos atuais –, de modo que o paradigma conjuncional representativo das orações consecutivas é aproximado do paradigma conjuncional representativo das orações conclusivas, criando um paradigma consecutivo/conclusivo paralelo em equivalência ao paradigma causal/explicativo (p.13-16). Este trabalho também não se propõe a analisar diferenças entre conjunções de um mesmo paradigma conjuncional. Assim sendo, a conjunção *então* é utilizada para representar o paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo e a conjunção *porque* é utilizada para representar o paradigma conjuncional causal/explicativo (p.17).

A tese aqui defendida é a existência de uma correspondência entre período composto que contém relação de causalidade e silogismo (p.18), correspondência essa a partir da qual infere-se um grupo de períodos compostos que contém relação de causalidade entre suas orações formado por orações consecutivas, causais, conclusivas e explicativas (p.10 e 44). Um silogismo é um argumento que exprime – com especial aptidão – relações de causalidade e que é formado por três proposições: premissa maior, premissa menor e conclusão (terceiro enunciado de um silogismo; não confundir com oração conclusiva) (p.18).

Uma relação de causalidade entre determinadas causa e consequência é entendida mentalmente pelo usuário da língua portuguesa na forma de um silogismo. Assim sendo, por economia, na hora de exteriorizar essa relação por meio dessa língua, apaga-se a premissa maior do silogismo e produz-se um período composto por duas orações ligadas por uma conjunção que carregam o conteúdo semântico da premissa menor e da conclusão enquanto a conjunção explícita a existência da relação de causalidade entre essas orações (p.18).

A premissa maior contém semanticamente a definição da relação de causalidade, quer na estrutura “Se A, então B” (p.21), quer na estrutura “B se A” (p.26). Na transposição de

silogismo para período composto, a premissa maior será apagada da estrutura do período, embora ela ainda integre o escopo informacional desse período (p.26-27). Já que é impossível compreender um período que contenha relação de causalidade sem pressupor qual é essa relação de causalidade (p.27), o conteúdo semântico da premissa maior é o mais basilar.

Já os enunciados contidos na premissa menor e na conclusão de um silogismo são análogos às orações que constroem um período composto (p.28), de modo que o conteúdo semântico da premissa menor é o dado disponível na realidade, que pode ser tanto a *causa* quanto a *consequência* da relação de causalidade em questão (p.29). O conteúdo semântico da conclusão, como o próprio nome desse enunciado já deixa evidente, é a conclusão que se tira a partir das duas premissas anteriores, de modo que esse conteúdo semântico da conclusão é a *consequência* se o conteúdo semântico da premissa menor é a *causa*, e é a *causa* se o conteúdo semântico da premissa menor é a *consequência* (p.29). Contudo, o mais importante não é que o conteúdo informacional da premissa menor seja um dado realmente disponível na realidade, mas que possua concatenação temporal com o conteúdo informacional da conclusão (p.30-32).

Existem três instrumentos de análise de períodos que nos permitirão compreender melhor a correspondência entre silogismo e período composto que contenha relação de causalidade. Eles são a *ordem tradicional*, *perspectiva semântica* e *ordenação linguística*. Cada um deles divide-se nas mesmas duas categorias: *direta* e *inversa*. Logo, temos *ordem tradicional direta* e *ordem tradicional inversa*; *perspectiva semântica direta* e *perspectiva semântica inversa*; bem como *ordenação linguística direta* e *ordenação linguística inversa* (p.33).

A *ordem tradicional* diz respeito à organização entre a oração que não possui a conjunção e a oração que a possui. Se um período é organizado segundo a estrutura $C^1 + (\text{conjunção} + C^2)$, ele está na *ordem tradicional direta*. Se um período é organizado segundo a estrutura $(\text{conjunção} + C^2) + C^1$, ele está na *ordem tradicional inversa* (p.34). Nesta altura, fica fácil perceber o que foi sugerido anteriormente: o elemento que representa a relação de causalidade no período que contém essa relação é a conjunção (p.34-35), que neste trabalho aparece sempre no rosto da oração (p.36-37).

A *perspectiva semântica* é o ponto de vista do qual se olha para a relação de causalidade, o que, em termos de silogismo, nos faz escolher qual estrutura pressupomos na definição da relação de causalidade: se a estrutura “Se A, então B” ou se a estrutura “B se A”.

A primeira nos faz focalizar a *causa* da relação de causalidade; a segunda nos faz focalizar a *consequência* da relação de causalidade (p.38).

A *ordenação linguística* é a organização de causa e consequência em relação a C^1 e C^2 . Se temos a *causa* em C^1 e a *consequência* em C^2 , a ordenação linguística é *direta*. Mas, se temos a *consequência* em C^1 e a *causa* em C^2 , a ordenação linguística é *inversa* (p.46).

Já que existem duas possibilidades de perspectiva semântica e duas possibilidades de ordenação linguística, existem então quatro possibilidades de combinação entre essas categorias, e essas quatro combinações correspondem aos quatro tipos de oração estudadas neste trabalho (p.47). O sistema da língua portuguesa seleciona o paradigma conjuncional adequado a cada tipo de período que contém relação de causalidade de acordo com o *alinhamento* ou *desalinhamento* presente entre as categorias *direta* e *inversa* em cada uma dessas combinações, de modo que o *alinhamento* seleciona o paradigma conjuncional consecutivo/conclusivo e o *desalinhamento* seleciona o paradigma conjuncional causal/explicativo (p.48-49).

É necessário compreender também que o período no qual há *alinhamento* aparece no silogismo na *ordem tradicional direta*, enquanto o período no qual há *desalinhamento* aparece no silogismo na *ordem tradicional inversa*, bastando reordenar esse último na ordem tradicional direta a fim de formatá-lo nos moldes em que o trabalhamos (p.50-51).

Os quadros-matrizes são formas didáticas de visualizar o processo de construção de períodos que contenham relação de causalidade em língua portuguesa, e são utilizados ao longo de todo o capítulo 3. Embora um estudo sistemático a respeito da influência das pausas não tenha sido neste trabalho, ao menos uma opinião com exemplificações foi colocada nele (p.58-61).

Este trabalho conclui que existe, na língua portuguesa, uma inequívoca correspondência entre silogismo e período composto que contém relação de causalidade, de modo que é impossível compreender o sentido desses sem antes, conscientemente ou não, passar pela estrutura semântica daqueles. O próprio sistema da língua portuguesa utiliza-se dessa correspondência.

APÊNDICE I

A continuação citação de MUNIZ (p.81) feita na seção 2.2.1 é a seguinte:

O que se está propondo com isso é que todas as orações causais pospostas realizadas com o foco na oração efeito / consequência, independentemente da conjunção utilizada, são estruturalmente equivalentes, no sentido de que todas apresentam a causa também em foco em relação a **um pressuposto que está elíptico** na segunda sentença. ⁽¹⁹⁾

Já CARONE (p.61), referindo-se a orações que ela utilizou na página 60, escreve:

São orações coordenadas a que falta, concretamente, C1; **mas esta, como functivo pressuposto, é uma grandeza latente, que intuitivamente catalisamos** (ver *Catálise*, p. 13); não podemos nem devemos “inventar” uma frase, apenas sabemos que nesse ponto da cadeia há, abstratamente, um valor C1. ⁽²⁰⁾

Na página 14, CARONE explica que a catálise não é a simples “introdução de subentendidos ou elementos elípticos”, mas que a catálise “apenas identifica teoricamente, *in abstracto*, o functivo ausente”. De todo modo, tanto MUNIZ quanto CARONE estão indicando que, em determinadas orações, existe referência a algo que está “apagado”. Para MUNIZ, isso acontece nas orações causais. Para CARONE, isso acontece nas orações coordenadas e subordinadas em geral .

Logo na introdução deste trabalho, indiquei que existe, na língua portuguesa, uma correspondência entre períodos compostos e silogismos e que, por economia, característica fortemente presente nas línguas naturais humanas, nós apagamos um dos três enunciados que compõem um silogismo – a premissa maior – e montamos um período composto por duas orações utilizando os dois enunciados restantes – a premissa menor e a conclusão. Desse

¹⁹ Negrito adicionado por mim.

²⁰ Negrito adicionado por mim.

modo, estou concordando com MUNIZ e CARONE no tocante à existência de um pressuposto “apagado” entre determinadas orações.

Para mim, essas orações são as que compõem períodos em que há relação de causalidade, a saber: consecutivas, causais, conclusivas e explicativas, e o pressuposto “apagado” entre elas é a premissa maior do silogismo correspondente a um período que possui relação de causalidade. Reiterando: o pressuposto que está apagado em um período que possui relação de causalidade é a premissa maior do silogismo correspondente a esse período.

APÊNDICE II

Vimos na seção 2.2 que a perspectiva semântica confere, ao período composto que contém relação de causalidade, ênfase na causa ou na consequência em um nível semântico. Na seção 2.3, vimos que a ordenação linguística com a qual causa e consequência são organizadas num período composto que contém relação de causalidade confere a esse período ênfase na causa ou na consequência em um nível linguístico. Assim sendo, existem quatro combinações de ênfase possíveis:

- ênfase semântica na causa e ênfase linguística na causa
- ênfase semântica na causa e ênfase linguística na consequência
- ênfase semântica na consequência e ênfase linguística na consequência
- ênfase semântica na consequência e ênfase linguística na causa

Essas quatro possibilidades de ênfase correspondem, respectivamente, aos quatro tipos de oração aqui trabalhados: consecutivas, causais, conclusivas e explicativas. Não estou bem certo de como essa percepção pode afetar a interpretação que se dá a cada um desses tipos de oração. Me parece, no entanto, que, a partir dessa classificação pela ênfase, as orações *conclusivas* e *explicativas* receberam seus nomes corretamente, mas as orações *consecutivas* e *causais* receberam seus nomes de forma invertida. A *ordem tradicional* possivelmente afetaria essa análise de ênfases. De todo modo, o desenvolvimento desses raciocínios terá de ser matéria de outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa** – 8ª edição – São Paulo: Editora Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa** – 38ª edição – São Paulo: Saraiva, 1992.

ANGIONI, Lucas (org.). **Lógica e ciência em Aristóteles** – Campinas: Editora PHI, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa** – 37ª edição – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes** – 2ª edição – Editora Ática, 1988.

CARVALHO, Fábio Salgado de. **A antessala da argumentação: por uma abordagem negativa**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/20764/1/2015_FábioSalgadodeCarvalho.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** – 4ª edição – Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DIAS, A. Epiphany da Silva. **Syntaxe historica portuguesa** – Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

FERREIRA, Mauro. **Aprender e praticar gramática** – Edição renovada – São Paulo: FTD, 2007.

FONSECA, Joaquim. **Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição de português** – Porto Editora, 1994.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna** – 15ª edição – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

HODGES, Wilfrid. **Logic** – Second Edition – London: Penguin Books, 2001.

LOBO, Maria. **Aspectos da Sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português**. 452f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A Estrutura Morfo-Sintática do Português: aplicação do estruturalismo lingüístico** – 5ª edição – São Paulo: Pioneira, 1987.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da Língua Portuguesa** – 5ª edição, revista e aumentada – Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MUNIZ, Alexandre Augusto Moraes. **Sobre orações causais e explicativas**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

NOUGUÉ, Carlos. **Suma gramatical da língua portuguesa: gramática geral e avançada** – 1ª edição – São Paulo: É-Realizações, 2015.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa** – 7ª edição – Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

RODRIGUES, Patrícia. **Orações causais e estrutura informacional da sentença**. Gragoatá, Niterói, v.23, n. 46, p. 544-565, mai.-ago. 2018.

SILVESTRE, Ricardo Sousa. **Um curso de lógica** – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris, Klincksieck, 1969.